



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO (PRPPGI)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGSI)**

RAQUEL BARBOSA SOUZA RIBEIRO

**MULHERES NEGRAS: IMAGINÁRIO SOBRE DESIGUALDADES RACIAIS E
DE GÊNERO NA DOCÊNCIA DE ENSINO SUPERIOR**

PETROLINAPE

2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF) PRÓ-
REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO (PRPPGI)
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGPSI)**

RAQUEL BARBOSA SOUZA RIBEIRO

**MULHERES NEGRAS: IMAGINÁRIO SOBRE DESIGUALDADES RACIAISE
DE GÊNERO NA DOCÊNCIA DE ENSINO SUPERIOR**

Dissertação de mestrado apresentado à
Universidade Federal do Vale do São Francisco –
UNIVASF, Campus Petrolina, como parte do
requisito da obtenção do título de mestre em
Psicologia Social. Orientadora: Prof.^a Dra. Margaret
Olinda de Souza Carvalho e Lira

PETROLINA-PE

2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO (PRPPGI)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGPSI)**

RAQUEL BARBOSA SOUZA RIBEIRO

**MULHERES NEGRAS: IMAGINÁRIO SOBRE DESIGUALDADES RACIAISE
DE GÊNERO NA DOCÊNCIA DE ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, Campus Petrolina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social com ênfase na linha de pesquisa: Processos Psicossociais.

Aprovado em: 31 de agosto de 2023.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **MARGARET OLINDA DE SOUZA CARVALHO**
Data: 24/10/2023 11:58:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a Dr^a Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Documento assinado digitalmente
 **LUCIANA DUCCINI**
Data: 25/10/2023 20:17:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a Dr^a Luciana Duccini
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Documento assinado digitalmente
 **VANDA PALMARELLA RODRIGUES**
Data: 26/10/2023 10:55:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a Dr^a Vanda Palmarella Rodrigues
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

FICHA CATALOGRÁFICA

Ribeiro, Raquel Barbosa Souza

Mulheres negras: Imaginário Sobre Desigualdades Raciais e de Gênero na Docência de Ensino Superior/ Raquel Barbosa Souza
Ribeiro – Petrolina-PE, 2023.

xii, 109 f.: il. 4; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Petrolina, Petrolina-PE, 2023.

Orientador (a): Profa. Dra. Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira.

Inclui referências.

1. Mulher Negra. 2. Desigualdade . 3. Raça . 4. Gênero 5. Ensino Superior. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

* CDD

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF
Bibliotecário: Nome* e CRB*

* **Dados inseridos pela biblioteca**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



"Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?".

Sojourner Truth

AGRADECIMENTOS

A jornada do mestrado começa de maneira difícil e desafiadora para mim, foram meses a fio de muito estudo e aperfeiçoamento, até conseguir adentrar. E, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, sinto que faria tudo outra vez. Encarar uma pós-graduação em Psicologia Social me fez, por diversas vezes, confrontar-me diante da minha cognição e cosmovisão da sociedade. Foi uma ruptura sem precedentes. Ainda bem!

Hoje vejo que meu trabalho ajudou em demasiado meu letramento racial, em me conectar com minha ancestralidade, num resgate a minha identidade e autoestima como mulher preta.

Cabe mencionar a importância dos que estiveram comigo e me estenderam a mão, me ajudando em momentos cruciais, portanto, a minha mais profunda gratidão a *Elias, Aline, Waldemberg e Mayne*. Obrigada por estarem comigo entre choros e risadas. Atravessamos juntos.

Quero agradecer eternamente minha orientadora *Profª. Drª. Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira* que cedeu um pouco do seu conhecimento, respeitou minhas dúvidas e saúde física/mental. Minha admiração, carinho e respeito.

A minha mãe e professora *Maria*, que sempre investiu em minha educação e me inspirou a ser docente... De fato, “o fruto não cai longe do pé”.

Agradeço à Universidade Federal do Vale do São Francisco- UNIVASF, ao Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGSI), a CAPES por me fornecer uma bolsa de estudos, aos professores que tive acesso, **às participantes da minha pesquisa que tornaram esse sonho possível** que me fez rir, chorar e refletir sobre as experiências e emblemas do dia a dia como docente.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para realização desta dissertação, minha profunda GRATIDÃO. É isso. Obrigada, meu Deus! Sou Mestra em Psicologia Social!

RESUMO

O presente trabalho possui objetiva compreender imaginários de professoras negras sobre desigualdades raciais e violência de gênero na docência de ensino superior. Foi desenvolvida uma pesquisa de abordagem qualitativa na cidade de Petrolina-PE com dados obtidos no período de outubro a dezembro de 2022, por meio de entrevista individual na modalidade semiestruturada, aplicada a dez professoras de instituições públicas de ensino superior, que se autodeclarem negras/pardas. O conteúdo das narrativas foi sistematizado pelo método do Discurso do Sujeito Coletivo, com a composição de 14 Discursos Coletivos que foram interpretados à luz da Sociologia Compreensiva e do Cotidiano. Conclui-se que existem percalços e iniquidades de raça e gênero que dificultam o cotidiano de trabalho de docentes negras. A pesquisa tem relevância social, considerando a contribuição dos resultados para o conhecimento e compreensão do fenômeno no dia a dia da mulher docente de ensino superior.

Palavras-chave: Iniquidade de Gênero; Violência de Gênero; Racismo; Ensino; Educação Superior.

ABSTRACT

The present work has the general objective of understanding the imaginaries of black higher education teachers about racial inequalities and gender violence in higher education teaching. This is a qualitative research developed in the city of Petrolina-PE. Data were obtained from October to December 2022, through semi-structured interviews, applied to 10 women, namely, teachers who work as professors in public higher education who declare themselves to be black/brown women. The content of the interviews were systematized using the Discourse of the Collective Subject (DSC) method and subsequently interpreted from the Comprehensive Sociology and Daily Life of the French Sociologist, Michel Maffesoli. 14 collective speeches were extracted. The research has social relevance, considering the contribution of the results to the knowledge and understanding of the phenomenon in the daily lives of women and their families and for helping interdisciplinary interventions in order to minimize the effects and damages of this phenomenon.

Keywords: Gender Inequity; Gender Violence; Racism; Teaching; Higher education.

LISTA DE SIGLAS

BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
DC	Discursos Coletivos
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
MEDLINE	Medical Literature Analysis and Retrieval System Online
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNIVASF	Universidade do Vale do São Francisco

Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	11
2.INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO II.....	12
Revisão literária	12
CAPÍTULO III	26
4.1 CONTRIBUIÇÕES EPISTEMO METODOLÓGICAS DA SOCIOLOGIA COMPREENSIVA E DO QUOTIDIANO POR MICHEL MAFFESOLI.....	26
REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO: SOCIOLOGIA COMPREENSIVA E DO QUOTIDIANO.....	26
4.6 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DOS DADOS.....	30
4.7 ORGANIZACAO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS	Erro!
Indicador não definido.	

1. APRESENTAÇÃO

Exercer a função de docente de ensino superior sempre foi um espaço que eu gostaria de estar e pertencer, mas como mulher preta, compreendo os possíveis impactos negativos que esse desejo pode causar em um corpo feminino negro ao querer vivenciar o espaço acadêmico, muitas vezes um lugar negado ao meu povo.

Fruto de uma construção social que se estrutura na invisibilidade e silenciamento da comunidade negra, “a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento como todo” (Chauí, 2003).

Dessa maneira, como instância social, a universidade pode reproduzir desequilíbrios sociais, por isso, a necessidade de enxergá-la junto aos marcadores sociais da diferença de gênero e raça, os quais são construções político-sociais, por isso, é necessário uma discussão articulada à prática social que faz alusão à hierarquização social das pessoas segundo a cor da sua pele e traços fenotípicos (Gomes, 2012).

Ser mulher e negra é estar exposta a iniquidades sociais que sinalizam o lugar de subalternidade. O imaginário social que incide na mulher negra, que, por vezes, têm suas trajetórias marcadas pelo apagamento social, desaparecimento de suas histórias e sua ancestralidade. O corpo negro feminino é marcado e fragilizado por uma política apagamento e minimização de sua humanidade.

O corpo negro é o corpo da exceção. Esse corpo da exceção é também o meu corpo, que hoje, finalmente ocupando o espaço de docente de ensino superior, me sinto questionada acerca da minha competência profissional, na qualidade do trabalho, na escolha das minhas falas e confiança na emissão das minhas opiniões. “O racismo institucional e estrutural não aceita que corpos negros estejam em uma posição de comando ou de poder, mesmo em um lugar que, por vezes, é desvalorizado socialmente no Brasil pela política nacional como o professor” (Martins, 2019, p.29).

Por esse trabalho ter sua temática discutida utilizando a Psicologia Social como pano de fundo, a qual, segundo Camino et al (2000) não nasce de um único projeto ou de uma única definição, se desenvolve no embate diante de diversas perspectivas, oportunamente ela objetiva a interação humana e suas consequências

cognitivas e comportamentais. É um ramo que estuda os grupos sociais e o contexto em que são inseridos através dos seus pensamentos, comportamentos e como são influenciados pelas normas sociais que regem suas vidas (Rodrigues, et al., 2015).

Considerando que a Psicologia Social tem uma íntima relação com a transformação das condições sociais e individuais existentes (Habermas, 1987), ela examina uma ampla gama de tópicos e fenômenos sociais, incluindo atitudes, percepção social, cognição social, influência social, formação de grupos, preconceito, estereótipos, conformidade, obediência, agressão, entre outros.

A vivência da docente negra de magistério superior será discutida sob a ótica da Sociologia Compreensiva e do Quotidiano, pelo olhar sociológico de Michel Maffesoli, por reunir elementos que possibilitam romper com conceitos aparentemente estruturados, perfeitos e acabados, importando as inquietações e questionamentos. A Sociologia Compreensiva traz em seu bojo a quebra de ideais limitantes sobre as dinâmicas sociais (Lira, et al, 2020) e busca um saber que não tenha a pretensão de ser único, pois não há uma verdade absoluta, mas verdades parciais que podem entrar em relação, umas com as outras, ou seja, o bom uso do relativismo (Maffesoli, 2000).

Em suas noções, Maffesoli apresenta o imaginário, ou “[...] o estado de espírito de um grupo, de um país, de um Estado-nação, de uma comunidade [...]” (Maffesoli, 2001.p. 76). E assim, buscou-se investigar o imaginário das mulheres que colaboraram com esta pesquisa, identificando ideias Chaves das narrativas individuais delas, para compor o discurso coletivo, uma vez que, o coletivo pode ser influenciado por narrativas, símbolos e imagens que são transmitidos pela cultura, educação e outras interações sociais.

Essas representações podem reforçar estereótipos raciais, criar distinções hierárquicas entre diferentes grupos étnicos, substanciar a discriminação, preconceito racial e violência pautada no gênero, temas centrais desta pesquisa.

Este relatório final de dissertação está apresentado em quatro capítulos. No primeiro apresento a introdução, espaço em que argumento o objeto do trabalho e contextualizo por meio de estudos que abordam iniquidades raciais, de gênero e o cotidiano das docentes negras. No segundo capítulo apresento a sustentação teórica por meio de revisão da literatura sobre desigualdade de gênero e racial, raça, racismo e mulheres negras no contexto da docência de magistério no ensino superior. O terceiro capítulo apresenta o delineamento metodológico e as

contribuições epistemo metodológicas da Sociologia Compreensiva e do Quotidiano.

Os resultados estão apresentados no quarto capítulo sistematizados pelo método do Discurso do Sujeito Coletivo e interpretados sob a ótica da Sociologia Compreensiva e do Quotidiano.

CAPÍTULO I

2. INTRODUÇÃO

2.1 CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE ESTUDO: MULHERES NEGRAS: IMAGINÁRIO SOBRE DESIGUALDADES RACIAIS E DE GÊNERO NA DOCÊNCIA DE ENSINO SUPERIOR

O racismo acadêmico, estrutural e institucional dificulta o acesso da professora negra ao magistério superior, que ao longo do tempo como mulher negra, teve como lugar a ela destinado a subalternidade. Relacionando os números de maneira proporcional, do ano de 2010 ao ano de 2019, o número de professores (as) negros (as) de ensino superior no Brasil, teve um crescimento de 19,3% para 23,6%, mas ainda assim, está longe de uma realidade igualitária (INEP, 2019).

Em universidades de referência no Brasil como a Universidade de São Paulo (USP), docentes negros não chegam a 4% (INEP, 2019) e a presença de professoras negras em universidades como a UFRJ 2% e 6% na UFF, cuja participação é ínfima em áreas tradicionais como medicina (Sousa, et al., 2021).

Sabe-se que para o desenvolvimento da carreira como docente em escolas de ensino superior, há um grande investimento em estudos, tempo, preparo técnico e emocional para uma formação contínua de graduação e pós-graduação (Silva, 2019). Portanto, dado às inúmeras dificuldades, “a inserção na escola é um grande feito para mulheres negras, e, por mais que na educação superior predominem pessoas brancas e do sexo masculino” (Oliveira, 2020, pg.76), o espaço da sala de aula representa local em que portas podem se abrir, conferindo maior dignidade a essas mulheres.

É importante ressaltar que a “inserção dessas mulheres em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo como é o mundo acadêmico se mostra um caminho árduo e cheio de percalços de toda ordem” (Mello, 2009, pg. 366). De maneira que, ser um corpo negro e feminino no exercício do magistério superior representa um ato de resistência, tendo em vista o mundo social inundado de

discriminações em que os saberes são valorados ou desqualificados em função da sua proximidade com o ideário dominante (Sousa et al., 2021).

Como “consequência direta da escravidão no Brasil, a população negra foi alijada de vários espaços da sociedade, em especial das escolas e, mais ainda, das universidades” (Gonçalves, 2018, p.15). É notório que a história da mulher negra foi diretamente impactada por iniquidades de raça e gênero. Tais fenômenos fomentaram a naturalização de discursos racistas e sexistas replicados de forma contínua, permeando segmentos da vida social, como o que ocorre nas instituições públicas de ensino superior.

É Compreensível que o acesso dessas mulheres retintas à docência do magistério superior, considerando a imagem simbólica que a mulher negra tem, de não ser capacitada para o exercício intelectual, além dos aspectos marcados pelas questões estruturais em decorrência do racismo e da condição de gênero, torna a jornada delas ainda mais tortuosa (Silva, 2019). Diante desse cenário, busca-se formas para romper com padrões sociais que tentam determinar o local de trabalho dessas mulheres (Oliveira, 2020).

Existem muitas questões a serem investigadas sobre a participação social de mulheres negras na universidade, de modo a revelar as formas de produção e reprodução de mecanismos racistas no meio acadêmico e seus impactos no cotidiano de trabalho (Valério et al, 2021).

Os marcadores sociais de diferença entre gênero e cor da pele são delimitadores de espaços, e, por isso, devem ser considerados. “Essa espacialização se reflete nas diferentes configurações dos espaços sociais em que se observa a demarcação diferenciada de lugares entre homens e mulheres e/ou brancos e negros” (Ferreira, Ferreira & Teixeira, 2022, p. 304), sendo que sobre mulheres negras incidem os efeitos tanto do racismo quanto da violência de gênero, realidade que também se reflete em instituições públicas de ensino superior e têm contribuído para a produção e reprodução de desigualdades, cuja raiz está no racismo estrutural e institucional (Ferreira et al.,2022).

As iniquidades raciais e de gênero se apresentam de forma conjunta e indissociável na vida da mulher negra, causando uma “asfixia social” que afeta diversos espaços do seu cotidiano (Sousa et al., 2021), como o espaço acadêmico, local marcados por desigualdades, onde o racismo institucional e estrutural manifesta-se e cuja dimensão pode ser velada e construída de forma sistematizada com políticas e diretrizes que reforçam tratamentos desiguais e estereotipados tornando- os naturalizados (Oliveira, 2020).Essas iniquidades a elas direcionadas é retroalimentada e perpetuada por estruturas de opressão e dominação, como o racismo, gênero e classismo, graças ao imaginário social direcionado à comunidade negra (Garcia, 2020).

Sabe-se que os estigmas direcionados à mulher negra são mazelas sociais graves, cujos reflexos são percebidos continuamente e a repetição desses episódios no ambiente universitário, afeta o cotidiano da mulher. Cotidiano, aqui compreendido como o dia a dia das pessoas, palco dos dados acontecimentos corriqueiros da vida, com seus ritos, crenças e valores morais (Nitschke, 2007; Maffesoli, 2010). Portanto, se faz necessário, um olhar sensível, para perceber além das aparências por de acordo com o pensamento de Maffesoli, o interesse pelo cotidiano é o interesse pelo invisível, pelo que está nas entrelinhas, sensibilidade e rupturas.

De modo que, estudos sobre o cotidiano contribuem para a visibilidade de dimensões da vida normalmente ocultas e profundamente dolorosas iniquidades que atingem mulheres negras. Pois, a crise do cotidiano da mulher negra envolve a marcação de gênero, raça duas formas de opressão que afetam sua vida cotidiana. Dito isso, os achados aqui apresentados foram discutidos com base na Sociologia Compreensiva e do Quotidiano, sob o olhar do sociólogo francês Michel Maffesoli.

Por este ordenamento, tive o interesse em desenvolver esta pesquisa, me questionando como professoras autodeclaradas negras atuantes em instituições de magistério superior, imaginam as iniquidades raciais e de gênero direcionadas a elas. Seu **objetivo principal** foi compreender imaginários de professoras negras sobre desigualdades raciais e violência de gênero na docência de magistériosuperior. E para alcançá identificar vivências de violência de gênero sofridas;-lo, elegeu-se como objetivos específicos, apreender pontos de vista sobre desigualdades e violência de gênero à mulher negra; averiguar a associação entre desigualdade de gênero, raça e cor no ensino superior e identificar estratégias de

enfrentamento à violência de gênero.

Sua relevância incide no fato de que os resultados instigarão reflexões, debates e fomentarão a produção científica com o propósito de subsidiar intervenções em processos psicosociais sobre o objeto estudado, bem como, subsidiará políticas públicas e ações afirmativas, sobretudo para a mesorregião do São Francisco Pernambucano, região onde foi desenvolvido. Imagino que a problematização instigará a visibilidade de maneira a contribuir para a conscientização e para o conhecimento sobre esta problemática que afeta professoras negras de magistério superior.

CAPÍTULO II

REVISÃO LITERÁRIA

Para encontrar o material que foi utilizado na dissertação, foi elaborada a seguinte pergunta: O que os estudos nacionais e internacionais publicam sobre desigualdade de gênero e raciais à mulher negra nos últimos cinco anos? Descritores foram utilizados a fim de encontrar artigos que pudessem me familiarizar com o tema, quais sejam: mulher negra; (AND) professora; (AND) racismo; (AND) desigualdade de gênero.

Foi dada prioridade a revistas indexadas nos portais realizadas dos últimos cinco anos, em que as bases de dados para busca: Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e as bibliotecas digitais Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Portal de Periódicos da CAPES, Google Acadêmico, utilizando ferramenta de refinamento de pesquisas presentes no portal mencionado.

Além dos trabalhos deste período, foram adicionadas aos estudos outras publicações sobre o tema, anteriores a 2018, mas que, por terem aproximações significativas com o problema de pesquisa desta dissertação, foram julgados relevantes para um mapeamento inicial, além de livros, capítulos de livros, anais de congresso.

3.1 DESIGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

A desigualdade no Brasil é um fenômeno histórico e social que fez nascer e enraizar o preconceito e a exclusão social. Tais desigualdades estão presentes desde o processo de colonização, em que o colonizador criava relações de dominação que acentuou-se à época da escravização, persistindo até os dias atuais ao influenciar diretamente as relações de poder, no qual o opressor considera-se superior ao deter os benefícios, deixando o oprimido à margem (Kabengele & Silva, 2022).

Centrada a temática em gênero e raça, este trabalho, foca no percurso da

análise conjunta dessas formas de iniquidades no debate sobre a vivência da mulher negra em sociedade. Não desconsiderando a importância de outras variáveis, mas demonstrando o entrecruzamento desses dois marcadores sociais como tópicos incontornáveis para a análise das desigualdades nas sociedades contemporâneas (Brilole & Miguel, 2015).

As primeiras noções de gênero surgiram a partir da segunda metade do século XX em meio às discussões e construções teóricas feministas sobre as relações sociais desiguais entre os sexos. O conceito de gênero vai além das desigualdades sociais, orientações afetivo-sexuais, características psicológicas e biológicas entre homens e mulheres (Camino et al, 2013). A definição socialmente conferida aos sexos estaria mais próxima dos ideais construídos num contexto histórico-cultural.

Para Safiotti (2011), o gênero está vinculado a símbolos culturais cercados de representações, conceitos normativos e significados, criando organizações e instituições sociais que se fortaleceram com o tempo a ponto de definir o comportamento masculino e feminino conferindo-lhes um papel social através de funções e comportamentos predeterminados.

Para além das circunstâncias biológicas que envolvem os sexos, a desigualdade de gênero está diretamente relacionada aos papéis sociais e rótulos atribuídos ao comportamento e características do masculino e feminino, da sobreposição e dominação do homem em relação à mulher e o desequilíbrio da balança social revelando um tratamento dessemelhante que reverencia o sexo masculino em detrimento do feminino, demonstrando o privilégio de um gênero em detrimento ao outro, que se sustenta num discurso machista e uma cultura patriarcal ultrapassada.

Já a raça é uma categorização das espécies vivas, que a biologia utiliza como forma de reconhecimento e classificação. Em termos sociais, a raça enquanto senso comum são determinações étnicas a partir das características fenotípicas e genéticas. Esse último conceito, já em desuso pela ciência, ainda povoa o imaginário social, como um instrumento de manutenção para a iniquidade. Portanto, os conceitos que envolvem a raça devem ser discutidos a partir de questões histórico-sócio-culturais articuladas à prática social alusiva a hierarquização das pessoas segundo a cor da sua pele (Gomes, 2012).

Como um fenômeno social, a desigualdade racial se refere a uma

sistemática disparidade que atinge diversas áreas da vida de variados grupos étnico-raciais, no que tange a oportunidades e recursos, tal cenário é fruto do preconceito disseminado e institucionalizado (Lima, 2019). É uma disparidade relacionada à cor e a raça, em que o negro configura uma classe vulnerável, com histórico de segregação, do não alcance aos melhores níveis sociais e condições dignas desde nascença como um carimbo social que o acompanha por toda vida.

A desigualdade social, sob uma perspectiva da sociologia, é um processo de estratificação social com mecanismos de produção e reprodução. Dessa forma, no cotidiano da mulher negra, personagem principal deste trabalho, a raça e o gênero são paradigmas multifacetados que avançam nas dinâmicas sociais, por isso, devem ser analisados com a abordagem interseccional que compreende uma ferramenta conceitual que busca entender como esses mecanismos se articulam na vida cotidiana dessas mulheres e a maneira como essa perspectiva interfere na identidade, subjetividade e experiências sociais. Por isso a necessidade em considerar o entrecruzamento de diferentes dimensões para a compreensão das dinâmicas de coexistência entre raça e gênero (Aguião, 2021).

O imaginário que envolve o corpo feminino e negro funciona como uma imensa máquina simbólica gerando um inconsciente coletivo que faz nascerem às iniquidades. Os significados atribuídos a esses marcadores sociais se afirmam em ideais que envolvem família, nação, civilização, cultura, progresso e desenvolvimento, operando no interior dos discursos científicos, políticos e culturais no sentido de naturalizar, hierarquizar diferenças e (re)produzir desigualdades sociais.

Diante desse panorama, a mulher negra é vista como uma figura vulnerável em seu grau máximo, justamente pelo o duplo sofrimento do qual é submetida, tornando sua vivência uma questão complexa graças a esses marcadores que intensificam as variadas formas de opressão que, como dito, possui uma relação histórica direta ao passado escravista, que foi construído sob o prisma do racismo e sexismo, tendo o capitalismo como forma de exploração do trabalho dessas mulheres para obter o máximo de produção, reforçando essas desigualdades.

Com efeito, na formação social brasileira encontram-se características autoritárias próprias à família patriarcal que se consolidou durante o regime escravista ao assegurar a autoridade do patriarca, branco e proprietário, que detinha o controle quase absoluto sobre a vida e a morte de escravizadas e

escravizados. O poder colonial impôs um padrão que forjou identidades ao estruturar o gênero e categorizar a raça, atravessando de forma perversa a vida da mulher negra (Passos, 2020).

De acordo com Maffesoli (2008) o inconsciente coletivo pode ser comparado a um lençol freático, que não é visto, mas sabemos a existência, é a (in)consciência de si próprio, o dito e não-dito. O racionalismo europeu se capilarizou no corpo social e ditou o que é civilizado e bárbaro, de quem merece ter acesso ao poder a quem merece migalhas, do que é ser homem e ser mulher, do que merece o povo branco em detrimento ao povo negro. Por isso as desigualdades existem como uma força invisível, uma conjuntura de concepções mentais, enraizadas no cotidiano e no imaginário da sociedade, favorecendo a manutenção dessas iniquidades (Tafner, 2022).

As formas de desigualdades atribuídas à mulher negra são retratadas por bell hooks (2014) na época da colonização em que as experiências negativas que foram acentuadas graças ao sexismo que assomava-se ao racismo como uma força opressiva nas vidas dessas mulheres. Assim, narra à autora que o sexismo institucionalizado – ou seja, o patriarcado – formou a base da estrutura social, bem como o imperialismo racial resultando na sistemática desvalorização dos corpos negros femininos desde a venda como escravas:

O sexismo era uma parte integral da ordem social e política que os colonizadores brancos trouxeram das suas terras da Europa e teve um impacto grave no destino das mulheres negras escravizadas. Nos seus estados iniciais, o negócio da escravatura focou-se primeiramente na importância dos trabalhadores; a ênfase nesse tempo era sobre o homem negro. Nesse tempo a mulher negra escrava não era valiosa como o homem negro. Em média, custava mais dinheiro comprar um homem escravo que uma mulher escrava. Além do mais, por serem do sexo feminino, também eram vítimas de abuso sexual e de outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. (...) a este respeito, explica que a postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. Isto é, como “reprodutoras” para expandir a força de trabalho escrava ou simplesmente para satisfazer as suas taras sexuais (Hooks, 2014, p. 89).

Para ter-se uma ideia, no começo das lutas pelos seus direitos, a mulher negra não era sequer ouvida, ou tinha suas queixas levadas em consideração, seja nos movimentos feministas ou pelo povo negro. Havia, portanto, uma interpretação

errônea em lidar com as experiências considerando apenas a vivência da mulher branca. Por outro lado, a política antirracista considerava apenas as questões étnicas-raciais bell hooks (2014, p.7):

O que começou como um movimento de liberdade de todo o povo negro da opressão racista tornou-se num movimento cujo primeiro objetivo foi o estabelecimento do patriarcado negro masculino. Não é surpresa que o movimento tão preocupado com a promoção do interesse dos homens negros falhasse em chamar à atenção o duplo impacto da opressão sexista e racista sobre o estatus social das mulheres negras. Foi pedido às mulheres negras que enfraquecessem os seus conhecimentos – para permitir projetar e brilhar unicamente os homens negros. Foi visto com insignificância a vitimização das mulheres negras sofridas pela opressão racista e sexista, pois embora fosse grande o sofrimento das mulheres, este não podia ser precedente sobre a dor masculina.

Os avanços do feminismo negro a partir da década 1970 e as críticas às exclusões produziram reflexões que são hoje incontornáveis para as lutas e as teorias feministas. Nessa abordagem, a raça ganha maior peso e a consideração conjunta do gênero, da classe fez nascer uma luta mais condizente com a realidade acerca da posição das mulheres negras no mundo social.

Diante do que foi visto, em uma escala social, a mulher negra está na base da pirâmide, em uma situação de maior vulnerabilidade justamente pelo cruzamento dessas opressões, criando uma rigidez social que dificilmente a permite ter acesso a direitos básicos, políticas públicas ou uma vida digna de fato. Esse cenário foi

implantado no imaginário da mulher negra fazendo, em alguma medida, acreditar que ela não merece ter empregos dignos, acreditarem em sua inteligência, beleza e no amor romântico, ambientando um cenário de solidão e sufocamento (Brito, 2022).

Gênero e raça, portanto, são categorias interligadas que influenciam profundamente as experiências e oportunidades. Esses dois aspectos da identidade social não existem isoladamente, mas se entrelaçam e se influenciam mutuamente, moldando as experiências e as desigualdades enfrentadas por diferentes grupos de pessoas. É importante reconhecer que as experiências individuais podem variar consideravelmente, por isso, tal cenário requer uma análise cuidadosa e atenta às experiências e contextos específicos de cada pessoa ou grupo.

3.2 NOÇÕES DE RAÇA E RACISMO

A invisibilização da mulher negra possui várias camadas, sendo necessário compreendê-las também a partir dos discursos que envolvem as questões de raça e racismo. Tais fenômenos servem como base para determinar as posições relativas dessas mulheres, e, portanto, devem ser discutidas (Silva & Castro 2018).

O conceito de raça tem sua origem nos estudos que envolvem a Botânica e a Zoologia e servia para a classificação das espécies, na época medieval, tal conceito servia para designar as diferentes classes sociais, mais tarde, no século XVII, com o movimento iluminista, a raça passou a classificar a diversidade humana agrupando os que tinham características físicas parecidas, daí vieram os brancos, negros e amarelos.

Dessa forma, como já discutido, a ideia de raça como uma categoria biologicamente significativa não tem base científica sólida. A ciência moderna mostra que não existem diferenças genéticas entre os grupos humanos que possam ser usadas para estabelecer uma classificação rígida de raças. Em vez disso, a diversidade genética humana é mais bem compreendida em um espectro contínuo, sem linhas claras de separação entre grupos.

Nos anos 1970, iniciam-se os estudos sobre as desigualdades raciais a partir das quais se redefinem os conceitos de raça e racismo e o peso que essas variáveis têm na estratificação social. Hoje em dia, a raça é amplamente considerada como uma construção social, na qual as categorias raciais são criadas e mantidas com base em fatores históricos, culturais e políticos. Reconhecer essa natureza social da raça é importante para combater o racismo, promover a igualdade e a justiça para todas as pessoas, independentemente de sua aparência física ou origem étnica.

A raça, portanto, é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural, ao contrário, de um conceito que denota uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa e desrespeitosa frente a certos grupos sociais, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite.

Portanto, as perspectivas de raça é um elemento social, que pré-determina locais e espaços a serem ocupados, por isso, ser negro no Brasil é também ser desconsiderados sujeitos de direitos e oportunidades (Sousa, 2021). O racismo funciona como resultado da própria estrutura social, permeando as relações políticas, econômicas, jurídicas, familiares, estando presente não só como uma

patologia ou mero desarranjo social, mas como elemento orgânico que também se materializa nas instituições (Almeida, 2018).

Por vezes, o debate sobre as questões étnicas é difícil de ser travado no Brasil graças ao mito da democracia racial, mas pensar isso é dizer que as políticas públicas/ afirmativas, as leis e toda a estrutura do Estado e sociedade oferecem as mesmas oportunidades a todos, mas é apenas uma forma de abafar o fenômeno, nesse aspecto satiriza Lélia Gonzales (2022, p. 69):

Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. Por aí se vê que o barato é domesticar mesmo. E se a gente detém o olhar em determinados aspectos da chamada cultura brasileira a gente saca que em suas manifestações mais ou menos conscientes ela oculta, revelando, as marcas da africanidade que a constituem. (Como é que pode?)

Nessa perspectiva, a cor — enquanto conceito racialmente definido — só pode ser critério explicativo das diferenças sociais existentes entre negros e brancos na medida da existência de uma concepção racial preexistente, da qual a cor é uma forma de estabelecer as diferenciações de raça, que por meio dela se evidencia o valor de cada agrupamento humano, a medida de sua humanidade, a normalidade de cada qual (Carneiro, 2023).

O imaginário é resultado da interação sociocultural e quando associado ao pensamento excludente do eurocentrismo vai se condensando imagens arquetípicas sob forma de símbolos, figuras ideológicas, metafóricas, alegóricas e utópicas no inconsciente social. Essa sedimentação se desenvolve ao nível das atividades racionais e lógicas disseminadas de maneira natural adentrando nas codificações jurídicas, ideologias, cultural, política.

Saber sobre o povo negro é necessário compreender o cenário de diferenciação social segundo a racialidade, a forma como ele se instrumentaliza e cria a distinção social, como produção de relações de poder. Assim, o racismo é uma forma bastante específica de “naturalizar” a vida social e de “explicar” diferenças pessoais, sociais e culturais a partir desse fenômeno. Portanto, o racismo advém como uma construção ideológica cujas práticas concretizam diferentes processos de discriminação racial (Gonzales, 2022). Enquanto discurso de exclusão

que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam (Carneiro, 2023, p.).

Em meu entendimento, o termo “raça” tem essa dupla perspectiva. Enquanto instrumento metodológico, pretende compreender as relações desiguais entre os diferentes grupos humanos, mais especificamente as desigualdades de tratamento e de condições sociais percebidas entre negros e brancos no Brasil. Enquanto prática discursiva, os estudos nele inspirados visam a modificação das relações sociais que produzem as discriminações e assimetrias raciais.

Outra questão importante é o agrupamento de pretos e pardos na categoria negra, justificada pela similitude dos indicadores sociais encontrados para ambos nos levantamentos censitários oficiais, por exemplo, e significativamente diferentes aos dos autodeclarados brancos, por isso é interessante falar sobre o fenômeno do colorismo negro.

Abordar o colorismo negro tem sua relevância, uma vez que as variações da cor da pele negra também produzem iniquidades e fomenta a discriminação que se apoia nas variadas tonalidades e nos traços físicos do corpo negro. Após abolição da escravidão em 1888, a elite brasileira deparou-se com o cenário da miscigenação, foi então implantada uma política de embraquecimento, baseado num viés ideológico, que acabou por interferir nas referências ancestrais e no inconsciente dos negros, resultando uma boa parcela da comunidade negra brasileira se questionar sobre sua identidade racial (Silva, 2020; Lago, Montibeler & Miguel, 2023).

A questão o negro de pele clara, atravessa uma falta de referências ancestrais e resgate de suas origens graças ao processo colonial, passando uma desracialização, interferindo diretamente em sua identidade racial. Dessa maneira, é possível traçar um paralelo entre o pardismo e a falta de referências ancestrais das populações negras no Brasil que foram impossibilitadas do resgate de suas origens, além disso, graças ao racismo estrutural, “se por um lado a sociedade as faz temer assumirem-se enquanto negras, também as convida constantemente a se identificarem com o que nunca serão: brancas” (Lago, Montibeler & Miguel, 2023, p.6).

Além da dupla perda de referências, ou seja, a histórica e indenitária, o negro da pele clara pode passar pelo o silenciamento, ou desautorização em abordar pautas antirracistas, ter problemas em assumir sua negritude e seu lugar no mundo,

se sua vivência de fato o localiza dentro da comunidade negra. E é por essa razão que retomamos a importância de lançar um olhar para a questão do pardo com seriedade e tentar compreender que ele é uma importante peça na engrenagem de construção da ideologia racial brasileira (Lago, Montibeler & Miguel, 2023).

Por último, tal problemática pode ter um impacto negativo nas mulheres, alimentando as iniquidades e discriminações desde a questão da autoestima e autoafirmação, já que os tons mais claros são mais próximos aos padrões. A mesma lógica usada quanto à competência em seus empregos, pois há uma tendência de associar o sucesso e a competência a pessoas de pele mais clara, além disso, algumas mulheres podem expressar preconceito umas com as outras, com base no tom de pele, o que gera mais desigualdades e divisões.

3.3 PROFESSORAS NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR

Ao longo da história as mulheres negras foram submetidas a situações de maior desvantagem, por sua raça e gênero que tradicionalmente têm sido destinadas a atividades de menor valoração social. Escravas por alguns séculos, mesmo após libertas, não conseguiram alterar de modo pleno o seu status no mundo do trabalho. O período pós-abolição guardou para elas condições de sobrevivência e trabalho muito precárias, bell hooks (2014, p.23):

As mulheres africanas receberam o choque desta brutalização massiva e aterrorização não apenas porque podiam ser vitimizadas através da sua sexualidade mas também porque era mais provável que elas fossem trabalhar na intimidade das famílias brancas do que os homens negros. Desde que os escravagistas observaram a mulher negra como uma cozinheira vendável, ama-seca, empregada doméstica, era crucial que ela fosse tão exaustivamente aterrorizada que se submeteria passivamente à vontade do dono branco, da dona, e dos seus filhos.

Trata-se de espaços nos quais a hierarquização é naturalizada e passa a ser vista de forma cotidiana, como por exemplo, a ideia compartilhada do lugar de mulheres negras, seja o de empregadas domésticas, babás, lavadeiras e não o de assumir outras ocupações no espaço público como a docência no ensino superior (Sousa, 2021).

Já dizia Angela Davis que no decurso do tempo, —o povo negro era colocado numa posição de incapacidade intelectual (pg.34, 2013), o que refletiu em um difícil acesso à educação, analfabetismo, menor nível de escolarização e evasão escolar -

maior incidência se comparadas à população branca. Dessa forma, será importante compreender os desafios do ingresso da mulher negra no espaço da docência de ensino superior.

As primeiras turmas universitárias brasileiras foram constituídas nos anos de 1930, não circulava nesse ambiente estudantes e/ou docentes negras(os). Havia ainda o confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro, graças aos discursos e das políticas de branqueamento que o Estado brasileiro aderiu como projeto de nação. A partir desse entendimento, fica inegável que a sociedade brasileira foi estruturada na invisibilidade da população negra, uma vez que esta estrutura se reflete diretamente no cenário educacional nacional.

Na sociedade brasileira, a visão de mundo europeia é a referência de máxima intelectualidade, inteligência e eficiência, tudo que está fora desse padrão estaria ligado à inferioridade. Portanto, para uma mulher negra construir sua identidade, em uma sociedade que nega os valores ligados a sua cultura e ancestralidade o desafio é ainda maior, graças a ideologia do branqueamento e a suposta inferioridade negra cria barreiras raciais, já que o ideário da população brasileira era tornar-se branco, por isso, corpos pretos em algum momento na vida são/terão seus corpos vulneráveis, desmerecidos e menosprezados por todo um passado de fragilidade social que dificulta sua vivência.

A mulher negra ser professora universitária é sinônimo de ascensão social, o que não significa ficar livre de discriminações raciais, seja pela presença da pigmentação da pele, tipo do cabelo e traços corporais. Portanto, inúmeros são os desafios e percalços que a mulher negra docente pode atravessar para fazer parte do ensino superior público, graças ao imaginário social ligado as questões de gênero e raça, que subjagam a capacidade cognitiva, intelectual, dessas mulheres, dificultando seu ingresso e permanência na academia.

Tendo em vista os pontos descritos acima, percebe-se que a raça intensifica tratamentos díspares, atuantes como elementos de diferenciação de sujeito. Além disso, o racismo estrutural é outra forma de higienização social dentro das instituições públicas e privadas, que acabam fornecendo oportunidades e recursos desiguais, deixando uma parcela da sociedade em desvantagem quando comparada a outras.

O racismo é uma forma sistematizada de enxergar o mundo, que permeia o cotidiano brasileiro em diversos cenários, inclusive na universidade pública, espaço

de propagar discriminações, por isso a necessidade de compreender as dinâmicas racistas que operam dentro delas, como ocorre no racismo acadêmico, mais uma forma de manifestação do preconceito racial dentro do contexto acadêmico, que pode ter influências negativas no dia a dia da comunidade negra na ocupação dos ambientes educacionais (Viana, 2021).

É no senso comum que se encontra as emoções e os sentimentos compartilhados da vida social, é o universo simbólico, que se apresenta como sendo a somatória das intenções que organizam a vida social (Tafner, 2022; Maffesoli, 2014). O racismo é um sistema de opressão tão estruturante na sociedade brasileira que consegue manter-se operante a partir dos seus desdobramentos até os dias atuais mesmo tendo raízes no colonialismo, ao condicionar os sujeitos de maneira a estatizá-los e limitá-los em múltiplos sentidos. Ou seja, colocando a pessoa negra enquanto responsável por sua própria condição (Santos et al,2021).

As relações que envolvem a discriminação racial consolidam-se na vida banal e apresenta-se em pequenos atos quotidianos que vão, gradativamente, formar aquilo que se denomina trama social, a qual é formada das mais situações imperceptíveis até toda a estrutura que é montada a para garantir a manutenção desse fenômeno (Maffesoli, 2014). Dessa forma, o mesmo sistema opressor que, legitimou a colonização, por mais expresso que estivesse no decorrer da construção da sociedade brasileira, só fora reconhecido enquanto crime com a Constituição Federal de 1988, por exemplo (Santos et al, 2021).

Outro ponto importante é falar sobre a interação do racismo acadêmico junto ao racismo institucional, estrutural e a correlação desses fenômenos com a universidade pública, seja com práticas que criam barreiras ao acesso da comunidade negra ao direito básico à educação que adentram nas universidades de ensino superior se materializando em práticas discriminatórias e, conseqüentemente, aumento das iniquidades.

O racismo institucional refere-se às práticas, políticas, normas e estruturas de instituições sociais que perpetuam a discriminação e a desigualdade racial de forma sistemática. Ao contrário do racismo individual, que envolve atitudes preconceituosas e discriminatórias de pessoas específicas, o racismo institucional é incorporado nas estruturas, práticas e políticas de organizações e instituições.

Esse tipo de racismo não requer intenção maliciosa ou preconceito consciente por parte dos indivíduos que fazem parte dessas instituições. Em vez

disso, é resultado de práticas históricas, políticas e culturais que perpetuam desigualdades raciais ao longo do tempo. O racismo institucional pode estar presente em diversas esferas da sociedade, como educação, habitação, saúde, justiça criminal, emprego, acesso a serviços e muito mais.

Ele aparece nos recintos públicos e privados que promovem a exclusão e a desigualdade de certos grupos raciais. Trata-se de um reflexo do racismo estrutural, com práticas e normas discriminatórias nesses espaços (Santos et al, 2021). A questão surge dentro da universidade pública, por exemplo, em barreiras para a entrada de negros em vagas para cargos de chefia, maior reconhecimento dos trabalhos realizados na instituição, participação na política, entre outras situações.

Já o racismo estrutural é o conjunto de hábitos, práticas, que promovem o racismo, estão pulverizadas no cotidiano por meio de doutrinas, teorias, na cultura, no falacioso conceito de supremacia racial (Almeida, 2018). Valido lembrar que o conceito de tal fenômeno é também usado para a defesa de ações afirmativas, como a Lei de cotas raciais em universidades, pois, se a própria estrutura da sociedade é racista, a desigualdade racial tenderá a se repetir e perpetuar (Silva, 2022).

A partir de tudo que foi visto é importante reconhecer o papel do professor formador como provocador das mudanças nas relações sociais, quando utilizam no processo de ensino aprendizagem os instrumentos metodológicos e teóricos que sirvam como arcabouço às questões indenitárias e raciais, principalmente para as mulheres negras docentes. A premissa é elemento chave para as reflexões sobre essas mulheres estarem ocupando esse cargo profissional, que acabam direta ou indiretamente resistindo a homogeneização dos padrões culturais e de grupos que minimizam a importância das diferenças e o direito às individualidades

3.4 INTERSECCIONALISMO: RACISMO E DESIGUALDADE DE GÊNERO

A interseccionalidade é um conceito patenteado por Kimberlé Crenshaw em 1989, um paradigma desenvolvido no âmbito do pensamento feminista negro para identificar as múltiplas opressões sociais e como elas operam juntas. Funciona como abordagem teórica que se concentra em como as diferentes formas de iniquidades tais quais o sexismo, racismo, classismo e outros tipos de discriminação, estão interconectadas e influenciam a dinâmica social.

É amplamente utilizado nos estudos de gênero, étnicos, no campo da

sociologia por abordar como as experiências cotidianas são moldadas, não apenas por uma única identidade (como gênero ou raça), mas pela união e interação de várias identidades. Essa abordagem destaca a importância de considerar as experiências de pessoas marginalizadas de maneira mais abrangente.

O interseccionalismo desafia a simplificação de questões sociais ao destacar a necessidade de uma análise mais complexa e inclusiva das experiências das pessoas, mostrando que há diferenças que hierarquizam e subordinam os sujeitos a determinadas posições na sociedade. Pensando nisso, a interseccionalidade de raça e gênero é um conceito fundamental quando se trata de entender as experiências das mulheres negras por justamente enfrentarem várias formas de discriminação e opressão devido às iniquidades de raça e gênero.

Dessa forma, na perspectiva do pensamento do feminismo negro, o conceito de interseccionalidade ajuda no entendimento de como a articulação dessas duas diferentes categorias evidenciam a subalternização, opressão e injustiça, por isso a urgência de um enfrentamento dos poderes hegemônicos dominadores e opressores para uma consciência coletiva específica para essas mulheres. Tal consciência, muitas vezes, é a única forma possível de liberdade no contexto opressor racista e dominador.

A discussão sobre interseccionalidade surge a partir de realidades históricas e buscam compreender como opressões se criam e é suportada como uma estratégia política, social e econômica de coerção, dominação e controle dos grupos dominados, as quais interferem, de maneiras contraditórias, na história das mulheres negras. Pensando nisso, Angela Davis (2016, p. 32)) faz um percurso histórico desde o sistema escravagista, vistos como ferramentas de trabalho lucrativo e não como seres humanos:

O povo negro definido como propriedade no sistema escravista, foi submetido a formas violentas de coerção, domínio e controle, em um sistema caracterizado por uma desumanização cotidiana materializada em atos cotidianos de tortura, estupro, espancamento, chicotada, entre outros. Este resgate histórico sobre a segregação racial nos Estados Unidos, possibilita a Davis a demonstração de como foram enfraquecidos por ideologias racistas os movimentos anti linchamento e anti estupro de negros, como o imaginário criado de que o homem negro representa estuprador e a mulher negra como promíscua.

Tais imaginários criados estabelecem estigmas de animalidade da população negra, de tal forma a incitar as agressões de racistas contra o povo negro causando uma superexploração que evidencia de forma clara acerca da naturalização e estigmatização do racismo.

CAPÍTULO III

MATERIAL E MÉTODO

4.1 CONTRIBUIÇÕES EPISTEMO METODOLÓGICAS DA SOCIOLOGIA COMPREENSIVA E DO QUOTIDIANO POR MICHEL MAFFESOLI

REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO: SOCIOLOGIA COMPREENSIVA E DO QUOTIDIANO

Para compreender o imaginário de professoras negras de ensino superior, sobre desigualdades raciais e de gênero no exercício da docência, buscou-se sustentação na Sociologia Compreensiva e do Quotidiano sob o olhar de Michel Maffesoli, sociólogo francês, cuja abordagem enfatiza a importância das emoções, das relações interpessoais na vida cotidiana.

Para ele, vivenciamos a pós-modernidade, ou contemporaneidade, época caracterizada pelo retorno das emoções, dos vínculos afetivos e da comunidade. Assim, argumenta que as relações sociais estão cada vez mais baseadas na proximidade física e na experiência compartilhada, contrárias ao distanciamento e à razão abstrata. É uma razão sensível que não deixa de ser fiel às exigências de rigor próprias ao espírito, não esquece que deve ficar enraizada naquilo que lhe serve de Eu disse mania, quimera, coisas que, curiosamente, são totalmente opostas às próprias pretensões da razão sã.

Deste modo, os dados verbais das narrativas individuais que compuseram os Discursos do Sujeito Coletivo, foram tratados por esse olhar sensível, considerando que as ideias desse autor privilegiam a vivência humana como se mostra no dia a dia, expressa por suas interações, rede de significados, imagem e imaginário (Corrêa et al, 2021). Portanto, inspiram a compreensão de processos do dia a dia das pessoas, como as iniquidades raciais e de gênero, vivenciadas por professoras negras de magistério superior.

4.2 NOÇÕES E PRESSUPOSTOS DESENVOLVIDOS POR MAFFESSOLI QUE

AUXILIARAM NA INTERPRETAÇÃO DOS ACHADOS

A concepção metodológica de Maffesoli rompe com a concepção da sociologia cartesiana, pautada no reducionismo, substituindo-a por uma sociologia compreensiva, espontânea, dinâmica e interessada no cotidiano, contrária à sociologia tradicional. Uma sociologia pautada na sensibilidade e valorização dos acontecimentos cotidianos, a comunicação e a emoção grupal, o “ser/estar junto com”. Para tanto, se embasa em cinco pressupostos teóricos e da sensibilidade e em noções flexíveis, considerando a dinâmica do fato social.

4.3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E DA SENSIBILIDADE

Por estes pressupostos, Maffesoli reúne elementos que auxiliam a enxergar detalhes do dado social.

4.3.1 Primeiro pressuposto: crítica do dualismo esquemático

Maffesoli critica a forma dissociada como a sociologia tradicional analisa o dado social, sem equilíbrio entre razão e emoção. Por meio da razão sensível é possível captar detalhes da vida cotidiana e compreender a profundidade do dado social.

4.3.2 Segundo pressuposto: a “forma”

Maffesoli critica a forma como a sociologia cartesiana reduz o acontecimento social e apresenta o neologismo Formismo, porque para ele, as ocorrências cotidianas se encaixam em uma forma e o que é “um objeto social, senão a maneira pela qual se apresenta que pode guiar a investigação?” (Maffesoli, 2010, p.126). Este pressuposto destaca modulações imaginárias, ou categorias operatórias, entre elas: Presenteismo, imaginário, formas de resistência passiva, centralidade subterrânea, destino e senso do limite.

4.3.3 Terceiro pressuposto: uma sensibilidade relativista

Partindo do pressuposto que não existe certeza absoluta, ou realidade única, entende-se que a sensibilidade é relativista e integra diferentes saberes para

responder ao dado social, porque “é preciso saber ouvir o mato crescer” (Maffesoli, 2010 b, p.41). Isto é, é preciso ter sensibilidade para perceber pequenos detalhes da vida cotidiana.

4.3.4 Quarto pressuposto: pesquisa estilística

Existe um estilo flexível que permeia o viver cotidiano que precisa ser traduzido pela pesquisa, de modo que “o saber dizer não é de modo algum sinônimo de tudo dizer” (MAFFESOLI, 2010 b, p.45) e por isso, a importância da adoção de um vocabulário claro que aproxime a linguagem acadêmica da linguagem do senso comum.

4.3.5 Quinto pressuposto: um pensamento libertário

Pesquisar exige criatividade e inovação, por isso um pensamento libertário, flexibiliza e amplia o olhar para perceber pequenos detalhes no pensar e no agir sobre o fato social.

4.4 NOÇÕES TRABALHADAS PARA COMPREENDER O IMAGINÁRIO DE PROFESSORAS NEGRAS DE ENSINO SUPERIOR

Para interpretar os achados que emergiram das narrativas individuais e que compuseram os DSC, foram trabalhadas as seguintes categorias imaginárias ou modulações da forma: imaginário, presenteísmo, senso do limite, potência e formas de resistência passiva.

4.4.1 IMAGINÁRIO: para Maffesoli, o imaginário cotidiano é realidade, um imaginário sensível que envolve símbolos e imagens. “É o estado de espírito que caracteriza um povo.” (Maffesoli, 2001, p. 75) Imaginário é diferente de imagem visual. Assim, ele produz imagens como resultado e não é a imagem que produz o imaginário.

4.4.2 PRESENTEISMO: como modulação da forma, o presenteísmo se bifurca em alteridade e complementaridade. **Alteridade** constitui um “sentimento de pertencer, de fazer parte de um grupo, de ser alguém, de pertencer a um território, ter uma preferência sexual, musical, esportiva, religiosa” (Maffesoli, 2007, p.48). Quanto à

complementaridade existe quando há incompletude e necessidade de compreensão, pois “aquilo que é completo, perfeito, não tem a menor necessidade de alteridade, é quando existe incompletude que a relação é necessária” (Maffesoli, 1984, p.37).

4.4.3 SENSO DO LIMITE: esta categoria está relacionada ao despertar de alguém diante de vivências trágicas do cotidiano. Significa o extremo entre tolerância e conscientização do trágico do cotidiano, que são situações potencialmente capazes de alterar o dia a dia de uma pessoa ou família. Limite é determinação e forma de sobrevivência ou de proteger-se de problemas que afetam a condição humana (Maffesoli, 2001).

O senso do limite assume duas subcategorias: o trágico e a teatralidade. O trágico se refere a sentimentos e emoções que emergem das vivências cotidianas, enquanto a teatralidade é a maneira de expressar esses sentimentos. Então, a pessoa veste máscaras sociais, para esconder o “verdadeiro Eu”. “As máscaras são trocadas conforme as situações que são vividas” (Maffesoli, 1997, p.106).

4.4.4 FORMAS DE RESISTÊNCIA PASSIVA: são estratégias usadas para resistir a ameaças, manipulações, opressão ou dominação, em que, para evitar o confronto direto, se protesta pelo uso de mecanismos como o silêncio, a não resposta, a astúcia, máscaras ou duplo jogo (Maffesoli, 1987). Pois, “frente a diversas imposições sócio-político-econômicas, podemos dobrar sem quebrar, podemos aceitar as ideologias “da boca para fora” e acionar o mecanismo de restrições mentais, podemos “fazer de conta” que aceitamos as morais estabelecidas, as religiões dominantes e as diversas injunções sociais, sempre guardando “distância”. (Maffesoli, 1993, p. 58). E assim, pode-se não dizer ou não dizer tudo. Isso é jogo duplo, estratégia importante que pode ser usada no mundo do trabalho (Furlanetto, , 2018) para salvaguardar o equilíbrio físico e psicológico em ameaça (Maffesoli, 1993).

4.5 MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa que possibilita tanto a

compreensão como a interpretação do fenômeno estudado, refere-se abordar a constituição de conhecimentos sobre assuntos sociais, visando oferecendo uma ampla gama de perspectivas, condução e avaliação de estudos, com intuito de descrever, interpretar, entender ou superar situações sociais (Jordan, 2018).

O, na época, projeto foi aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisas com seres humanos, CAAE 60618522.8.0000.5189 e parecer de publicação Número 5.628.002. Seguiu as recomendações da Resolução 510/2016 que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos,

Foi desenvolvida na cidade de Petrolina-PE, no ano de 2022, com a participação de oito mulheres negras e pardas, professoras do magistério superior, lotadas nas instituições públicas da referida cidade.

Fundada em 1870, Petrolina é um município brasileiro do interior do estado de Pernambuco, distante 712 km a oeste de Recife, capital estadual. O município é integrante da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina e Juazeiro, a maior RIDE/região metropolitana do interior do Nordeste.

4.6 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DOS DADOS

Os dados coletados por meio de entrevistas individuais foram guiados por um roteiro semiestruturado e flexível, elaborado com perguntas de cunho pessoal, familiar e profissional, formuladas com base dos objetivos a ser atingidos e questões surgidas durante a entrevista (Moré, 2015). Portanto, a interação entre pesquisador(a) e participante, permitiu que novas perguntas pudessem surgir (Glesne, 2015) possibilitando alcançar os objetivos propostos.

Entrevistas na modalidade semiestruturada, têm caráter mais qualitativo, na busca de favorecer interações entre entrevistadora e participante/colaboradora (Silva, Segger & Russo, 2019).

Assim, foi elaborado um roteiro em dois blocos. No primeiro bloco, constam informações sociodemográficas e no segundo bloco, questões subjetivas sobre discriminação racial e de gênero sofrida por professoras negras de magistério superior.

eticamente justificável, a pesquisa respeitou as participantes em sua dignidade, autonomia e reconhecendo suas vulnerabilidades, sendo orientadas à

leitura do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE). Nesse termo constatarem os objetivos e a natureza da pesquisa, o uso dos seus resultados, garantia de completo anonimato e/ou de pessoas e instituições por elas mencionadas, bem como o direito resguardado de desistir da pesquisa a qualquer momento sem implicações onerosas de qualquer natureza.

Os encontros foram previamente agendados, ocorreram na modalidade Online, por meio da plataforma Google Meet, com duração média de sessenta minutos, foram gravadas com a anuência das participantes e posteriormente convertidas em textos e sequencialmente transcritas na íntegra e apresentadas como apêndice, possibilitando o acesso ao público interessado. Para garantir o sigilo e o anonimato, elas foram identificadas pelos nomes fictícios: Chimamanda Ngozi Adichie, Carolina Maria de Jesus, Djamila Ribeiro, Maria Firmina dos Reis, bell hooks, Angela Davis, Grada Kilomba, Conceição Evaristo, Lelia Gonzales.

CAPÍTULO IV

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O sujeito coletivo aqui é composto por (8) mulheres cis, que tinham entre (27) e (47) anos, autodelcaradas negras (6) e pardas (2), doutoras (6), mestrado (1), especialização (1), tempo médio de magistério superior (9 anos e 1 mês); todas ingressam no ensino superior público e em ampla concorrência, com formação: (2) graduação na área de exatas, (4) graduação na área da saúde, (2) na área de humanas, (7) trabalham em regime exclusivo, (1) 40 horas em contrato com tempo determinado. sua entrada na docência (7) concurso, (1) seletiva.

a) Ser negra no Brasil

Os Discursos Coletivos sobre a compreensão de imaginários de professoras negras de ensino superior sobre desigualdades raciais e violência de gênero na docência de ensino superior, originaram-se das respostas às entrevistas individuais na modalidade semiestruturada. Estão apresentadas no Quadros 1 a constituição das ECHs e ICs que compuseram os DSCs.

Pode parecer simples definir-se como negro no Brasil. Mas, em um país que desenvolveu o desejo de branqueamento, pessoas negras podem introjetar esse ideal e não se considerarem como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso com conceitos buscados, muitas vezes, em fundamentos etno-semântico, político e ideológico, mas não em um conteúdo biológico.

Dito isto, a resposta à pergunta: Para você o que é ser mulher e se identificar como negra/parda no Brasil? emergiram duas ICs: “ser negra em um país racista é desafiador” e “ser mulher negra é existir politicamente” que compuseram dois DSC, formados por expressões que demonstram que ser negra em um país racista, gera sensação de impotência, sentimento de insegurança e baixa autoestima.

Primeiro DSC: Desafios de ser mulher negra em um país racista

Me entender mulher negra, demorou, porque as pessoas tentavam me embranquecer. Ser pessoa negra, num país racista, que mata pessoas pretas, pobres, mulheres negras... é difícil. E eu continuo me percebendo negra por conta de toda minha trajetória histórica, mas eu sei que para algumas pessoas elas vão dizer que eu não sou negra. A gente se sente impotente, então viver no Brasil é uma sensação eterna de insegurança. O racismo institucional nos acompanha então, me sinto insegura o tempo todo. Na infância, escutava apelidos, um colega negro me chamava de urubu, ele não me reconhecia, apesar da mesma cor de pele... isso foi muito marcante. Sempre tive cabelos cacheados e escutava frequentemente: dá uma escova, alisa esse cabelo... Então é um desafio... A gente está em constante luta por um espaço que nos é negado desde criança. Principalmente pelo acesso às coisas. Desde a infância a gente percebe que o acesso à educação, às informações, vem de forma diferente. Então, como mulher negra nesse contexto, desde a infância é um quadro que não muda **(Carolina Maria de Jesus; Chimamada Ngozi Adichie; Djamila Ribeiro; Lélia Gonzalez; Conceição Evaristo)**.

Percebe-se que desde a infância o processo de desconstrução identitária da mulher negra brasileira está pautado em um imaginário escravista, em que o sujeito coletivo descreve a vivência de racismo em dois espaços de pertencimento: ambiente familiar e escolar, onde existiu uma rejeição/não aceitação do seu padrão estético, sobretudo do cabelo, marcador étnico, que juntamente à cor da pele está entre as características físicas mais agravantes das identidades raciais (Damasceno; Correia, 2020) de maneira que a textura crespa do cabelo, importante símbolo da identidade negra, em um país racista como o Brasil, constitui um estigma da mistura racial (Gomes, 2019) que nesta pesquisa, contribuiu para a manifestação de sentimento de inferioridade.

Dessa forma, habitar num corpo feminino e negro é uma experiência complexa e, por vezes, dolorosa, ainda mais em um país racista que o preconceito e a misoginia sistêmicos apresentam-se em diversas áreas da vida dessas pessoas. Trechos verbais como “a gente se sente impotente, então viver no Brasil é uma sensação eterna de insegurança” denotam o medo e a angústia em ser e existir negra.

“Me entender mulher negra, demorou, porque as pessoas tentavam me embranquecer.”; “Desde pequena sempre me identifiquei como uma mulher negra. Inclusive, na juventude, minha alguém chegava falando ‘que moreninha bonita!’ e eu retrucava, não!, eu sou preta!, não sou moreninha!”; “sempre me identifiquei, sempre tive orgulho de ser uma mulher negra ,consigo tranquilamente me reconhecer e me assumir publicamente com mulher negra atualmente eu me considero a mulher negra, não me questiono com relação a isso não!”. **(Carolina Maria de Jesus; Chimamada Ngozi Adichie; Djamila Ribeiro; Lélia Gonzalez)**

Da segunda ICS, “Ser mulher negra é existir politicamente”, emergiu o

DSC: o ser mulher negra no Brasil atual

Quando você me questiona o que é para mim, ser uma pessoa negra no Brasil, ou em qualquer outro lugar, no contexto atual é existir politicamente em qualquer espaço que eu vá. Isso é ser uma mulher negra no Brasil atualmente. Desde pequena sempre me identifiquei como uma mulher negra. Inclusive, na juventude, minha alguém chegava falando “que moreninha bonita!” e eu retrucava Não, eu sou preta, não sou moreninha. Sempre me identifiquei, sempre tive orgulho de ser uma mulher negra, consigo tranquilamente me reconhecer e me assumir publicamente com mulher negra atualmente eu me considero a mulher negra, não me questiono com relação a isso não **(bell hooks; Maria Firmina dos Reis; Grada Kilomba)**.

A identidade negra é moldada por diversos fatores, como a história da escravidão e da diáspora africana, a luta contra o racismo e a discriminação, bem como as realizações e contribuições significativas de pessoas negras em várias áreas como arte, literatura, ciência, política.

Por vezes, a tomada de consciência de ser um corpo negro leva tempo, ainda mais com a tentativa de “embraquecimento”, ou chamamentos como “morena”, “mulata” podem ser interpretados como estratégia racista que forja olhares.

Ao terem seus desejos, sonhos, ambições, vivências e capacidades reduzidas pela cor, o processo de construção da identidade negra parte do panorama histórico-social de trágico apagamento e desvalorização. A identidade negra refere-se ao senso de pertencimento e à consciência cultural, social e racial de indivíduos que se identificam como pessoas negras (hooks, 2019) abrangendo dimensões como a raça, cultura, história e experiências compartilhadas.

A compreensão das diferentes nomeações que marcam o corpo retinto é uma experiência coletiva que nos leva a um ponto analítico central: as relações fundamentadas em uma matriz colonial que sustentou a construção de um projeto de nação brasileira sob um paradigma de dominação, com parâmetros e valores civilizatórios eurocêntricos que corroboram sistemas de dominação globais, como o supremacista branco, patriarcal e capitalista (hooks, 2019).

De toda forma, é partir da compreensão da raça/cor, que pode existir um posicionamento e busca de um espaço social positivo e consciente diante de uma sociedade não representativa para a menina/mulher negra. Embora, seja “importante comentar que independentemente da menina mulher negra se estruturar e construir sua

forma de enfrentamento, que por certo a fortalecerá, não será possível a eliminação do sofrimento causado pelo preconceito e pelo racismo vivido ao longo de sua vida” (Gesser, Costa & Julião, 2018, p. 29).

O embate antirracista brasileiro mediante a busca pelo reconhecimento e valorização da mulher negra tem alcançado, paulatinamente, vitórias ao longo dos anos. Ainda falta muito, é claro, de forma principal em decorrência da afirmação cultural do embranquecimento. É indispensável, assim, criar novos conceitos por quem é – ou se diz – branco e como este debate identitário pode colaborar nas discussões das relações étnico-raciais. Isto porque a experiência de ser negra, no país, somente tem consciência quem vivencia o histórico de discriminação, já que o preconceito étnico ainda opera enquanto instrumento de revigoramento da diferenciação.

É interessante trazer para o debate o conceito de “tribos urbanas” criado por Maffesoli, uma vez que os traços em comum das comunidades trazem não só interesses, ideias e hábitos em comum, estabelecimento de estética própria, cedendo lugar para as diversidades. Por outro lado, por mais que as tribos possam sofrer com rotulações, preconceitos e estereotipada, tal qual ocorre com a comunidade negra.

O discurso das tribos revela-se a partir de consequência sociológicas eu desloca o indivíduo a uma identidade estável que exerce uma função em conjunto, representando papéis junto à sua tribo (Maffesoli, 1988). Um ponto importante que fomenta o discurso das tribos é o que o cabelo crespo/cacheado significa para mulher preta, ponto também trazido pelas participantes da pesquisa.

Ao longo da história, “as pessoas consideradas ‘diferentes’ do padrão de aparência branca sempre sofreram com a exclusão social e com um panorama insólito de desigualdade”. A importância do cabelo crespo/cacheado surge como um elemento de resistência cultural, autoestima e identificação dessas mulheres, perceptível falas como “Sempre tive cabelos cacheados e escutava frequentemente: dá uma escova alisa esse cabelo!...então é um desafio...”.

No Brasil, a cor é ainda mais determinada pelo cabelo crespo do que pelo tom de pele, e os cabelos lisos ou alisados são essenciais para permitir que o indivíduo passe de preto a pardo. Revelando, portanto, que o cabelo opera como delimitador do indivíduo na classificação racial.

A desumanização do corpo da população negra, bem como o fato de serem representados no campo da animalidade e da feiura, é motivada pelos estereótipos raciais e estigmas construídos em torno desses corpos. Desconstruir essa ideia de beleza

eurocêntrica constitui-se como parte essencial da luta antirracista, evidenciando a importância do estudo sobre a manipulação do cabelo de mulheres negras e dos estereótipos e estigmas construídos em torno dos corpos dessas mulheres.

b) A vivência como estudante

Das respostas à pergunta – Como se deu sua entrada e permanência na universidade, emergiram duas IC's. A primeira, “ser negra não interferiu na minha entrada e permanência na universidade” que gerou o DSC “vivências positivas Ingresso e permanência de estudantes negras no ensino superior” traduz a ideia de que o ingresso na universidade não foi traumático, ao passo que a segunda ideia reúne elementos que demonstram as dificuldades e enfrentadas desde ingresso à permanência na universidade.

1º DSC: vivências positivas no ingresso e permanência de estudantes negras no ensino superior

“Na graduação não houve momentos de segregação, mas também o número de alunos negros no meu curso era pequeno e não lembro de nenhum colega com a pele mais escura que a minha. Foi muito tranquilo, nunca sofri nenhum tipo de preconceito, não consigo me lembrar de nenhum episódio, não me recordo de momentos que eu tenha sofrido algum tipo de violência por ser negra. Então, foi tranquilo, na minha sala a convivência era tranquila, tinha diversidade, das mais ricas até as mais pobres. Então achei mais tranquilo continuar, porque aí eu já fui me adaptando dentro da universidade” **(Carolina Maria de Jesus; Chimamada; Djamila Ribeiro; Maria Firmina Dos Reis; Lélia Gonzalez; bell hooks).**

O acesso e a permanência de estudantes negros ou de outras minorias no ensino superior é um fenômeno multifatorial que não se sustenta exclusivamente em uma ou outra política pública, programas estudantis de bolsas, financiamento ou outras políticas de expansão (Dantas et al, 2021), pois mesmo diante da adoção de políticas afirmativas, ainda existem desafios para a garantia, permanência e êxito acadêmico (Marques, 2018).

Apesar de o sujeito coletivo de certo modo, sentir-se aceito e acolhido, diante das condições econômicas, é observado dificuldades no ingresso e permanência, o que se tornou viável pela conciliação entre trabalho para se manter e dar continuidade dos estudos (Abramo et al, 2020), conforme descrito no segundo DSC.

DSC: vivências traumáticas no ingresso e permanência de estudantes negras no ensino

superior

“A minha graduação foi a fase mais intensa que eu vivi, fiz de tudo que você possa imaginar. Lembro que não tinha condições de pagar o vestibular, não tínhamos condições de eu fazer uma universidade particular, de estudar em algum outro lugar que não fosse público. Na inscrição foi perguntado se eu queria participar do programa de cotas, pela origem racial e pela questão do ensino público, mas eu não tinha compreensão da política de cotas, então não assinalei essa opção e não entrei por cotas, não tive nenhuma bolsa permanência, e eu vim de família pobre e era um curso integral, tinha muito xerox, transporte para ir e voltar. Chegou um momento que minha mãe disse: ou você trabalha ou não tenho condições de te manter, assim, minha permanência na universidade foi sangue no pescoço, precisei trabalhar de várias formas. Na época, era vestibular, não existia cota” **(Djamila Ribeiro; bell hooks; Angela Davis; Grada Kilomba).**

O passado escravocrata constitui uma herança que, embora transcorrido tanto tempo, interfere nas relações sociais da população negra (Marques, 2018), cujas barreiras sociais impostas, apoiadas em elementos ideológicos atinge, entre outros, o acesso à educação em diferentes níveis de aprendizado, até o ensino superior. De modo que a formação no ensino superior brasileiro é um processo histórico pouco favorável à população afrodescendente (Santos & Alves, 2019) cujas conquistas, ainda que sutis, são devidas a movimentos negros (Gonçalves, 2018).

Interessante compreender os desdobramentos da escravidão no setor educacional. Pois se por um lado, a intelectualidade e o erudito, são características atreladas aos brancos, por outro lado, aos negros, esteve atribuído esse “não lugar”. É o inconsciente coletivo que controla o imaginário que se solidifica pelo decurso do tempo (Silva et al, 2010) e por meio da dominação, o colonizador perpetuou seus valores sociais, construindo um imaginário que impregnou o coletivo, ou parte dele (Silva, 2019).

De maneira que, apesar de a política de expansão das universidades ter contribuído para ampliar o acesso e inclusão de classes minoritárias, população discriminada e de baixa renda (Agência Senado, 2022; Dantas et al, 2019), o acesso, e, sobretudo, a permanência no ensino superior ainda é um processo excludente para estudantes provenientes de distintas realidades sociais como negros, indígenas e estudantes de classes menos privilegiadas, advindos da escola pública. Pois muitas vezes, os recursos destinados são insuficientes para atender às demandas do contingente de estudantes em vulnerabilidade social (Valério et, al., 2021).

c) Vivências como docente de ensino superior

Considerando o processo histórico em que grande parte das mulheres negras desenvolvem trabalhos subalternizados, como babás e empregadas domésticas, foi perguntado ao sujeito Coletivo, como é ser professora de ensino superior. As narrativas geraram duas ICS: a primeira, “ser professora negra é orgulho e responsabilidade, consigo enxergar o meu futuro continuando na docência, originou o DSC: **professora negra de magistério superior: orgulho, responsabilidade e reconhecimento do esforço da ancestralidade** e a segunda ICS: “deveria ser normal ter mais professoras negras na universidade, espaço que escolhi para militar, compôs o DSC: **a universidade é espaço de transformação.**

DSC: Professora de magistério superior: orgulho, responsabilidade e reconhecimento do esforço da ancestralidade

Sempre encaro com orgulho e responsabilidade e uma necessidade de estar sempre se atualizando porque nós influenciemos muitas opiniões, às vezes vejo o aluno escrever na prova, parece que ele decora até minha respiração e falo: gente esse discurso é meu...ele está reproduzido e você sente orgulho. É muita responsabilidade, me sinto o tempo todo responsável por passar o conteúdo sempre acima da média, melhor do que qualquer outra pessoa, porque eu sou muito pouco ali, do tempo que estou ali eu não vi outra pessoa negra na faculdade então é uma responsabilidade que carrego por ser representante de alunas, que elas também podem ser professoras. Enfim, é uma responsabilidade tremenda, adoro o que faço, adoro conhecimento, consigo enxergar meu futuro continuando na docência, a gente vai ter ainda alguns entraves nesse sentido de sermos poucas. Só para você entender, a luta que eu tenho em relação a esse lugar da mulher quando eu lanço monitoria fico torcendo para que venha só mulher, não que eu tenha preconceito e fiz questão de dizer para elas que eu estava muito orgulhosa, porque a gente fez muita coisa e eu me sinto muito feliz em ver mulheres lindas competentes, inteligentes. Então um tapa na cara da sociedade machista. Me arrepio só de pensar, porque estar aqui hoje é validar tudo que minha mãe lutou, é validar todo o empenho dela. É como se eu dissesse a ela: “olha, deu certo! Seus esforços valerem a pena, porque essa mulher que coloca aí na sua pergunta é justamente a minha mãe, que muito cedo precisou tomar conta de si mesma. O meu desejo é inspirar outras meninas, para que tenham um futuro diferente. me sinto vitoriosa, privilegiada... privilégio que consegui lutando para estar onde estou, hoje ocupo um lugar de privilégio, dentro do meu núcleo familiar materno...eu sou a única que fez universidade, mestrado, doutorado...Me considero como uma referência para outras meninas negras na universidade eu tenho consciência desse lugar que ocupo hoje. Quando me vejo doutora, servidora pública federal, em uma universidade que eu escolhi, percebo que é uma construção que vai além do ensino, do mestrado e do doutorado, mas também de toda essa base ancestral. Então, o lugar que eu ocupo não é somente resultado do esforço, da meritocracia, mas também é fruto de toda uma tradição, ancestralidade, que me faz estar aqui **(Chimamada Ngozi Adichie, Lélia Gonzalez, Maria Firmina dos Reis, Djamila Ribeiro, bell hooks).**

O “imaginário coletivo mostra o desejo de ‘ser e estar com’ próprio da centralidade subterrânea” marca fundamental de um societal participativo e colaborativo, de um ideal

comunitário” (Maffesoli, 2018, p. 25), próprios de uma visão contemporânea que reconhece a potência da tradição. O sujeito coletivo, vivifica o lugar, o espaço-tempo, o localismo que remete a pertencimento, a vínculo, costumes, ao vivido, ao auxílio mútuo e ao afetual dos grupos de convivência (Maffesoli, 2010a).

Mas não foi apenas isso, percebeu-se que ocupar esse espaço aa docência de magistério superior, gerou sentimento de não pertencimento, de solidão, por não se sentir parte do grupo. Pareceu existir um individualismo característico da solidariedade mecânico e contrário à solidariedade orgânica, forma de socialidade, pautada na sensibilidade (Maffesoli, 2010a).

Assim descreve o segundo DSC: **A universidade é espaço de transformação**

Acho que não deveria ter um lugar de destaque, deveria ser normal ter mais pessoas negras dentro da universidade, então não seria uma posição de destaque, me sinto mal quando vejo que tem poucas pessoas, eu gostaria que fosse comum. Mas é um espaço de solidão, confesso. Não tem nenhuma mulher negra no colegiado, além de mim, me sinto só, me sinto exceção à regra. Apesar de a universidade está ficando mais colorida, o corpo docente ainda é hegemonicamente branco. Me sinto solitária ainda, porém me sinto muito feliz por estar ocupando esse espaço, não é só meu espaço de trabalho, é o espaço que eu escolhi para militar para transformar de dentro para fora. É espaço da solidão, mas é espaço de estar feliz porque estou realizando meu projeto de vida, não faz sentido minha vida sem isso. Não é pelo dinheiro, porque não é isso que me mobiliza, o que me importa é mudar o mundo, transformar, ter poder e estar em um lugar de poder para transformar. Quando eu vejo um aluno que vem me falar que transformei radicalmente a vida dele, isso não tem nem preço. Me sinto mais humana pela dificuldade que passei e como lecionar foi opção, comecei com a docência e nunca parei. Então, quando vejo a possibilidade de continuar a exercer a docência, continuar trabalhando e vendo as dificuldades, é que vejo que outras mulheres negras, que geralmente eram dona de casa, vêm estudar como uma forma de identificação (**Carolina Maria de Jesus, Angela Davis, Conceição Evaristo**).

Para Maffesoli “o imaginário como estado de espírito de um grupo, de uma comunidade, estabelece vínculo. É cimento social” (Maffesoli, 2001,p. 76). Para ele, “no imaginário coletivo, existe qualquer coisa de surreal: fundamento do viver-junto em gestação” (Maffesoli, 2010b).

Circula no imaginário popular que negro pode ser bom atleta, dançarino ou músico. Mas a classe dominante monopolizou e dificultou o acesso desse grupo populacional, à cultura e ao direito de acesso à educação. O resultado disso é um imaginário popular que aceita o negro ocupando locais subservientes, mas não nas estruturas de poder (Silva & Santos, 2019).

É justamente esse poder invisível do imaginário que povoa as crenças e percepções a tal ponto das participantes duvidarem de si mesmas e do potencial, mesmo com diversos cursos feitos, o conhecimento aprimorado e sedimentado ao longo dos anos. É a escassez de ter outras iguais, da cor de pele parecida que dá a sensação de solidão dentro do campus, pois o imaginário foi moldado a partir do racismo arraigado na sociedade, o negro não ocupar esse espaço. Deste modo, ser professora de magistério superior é ultrapassar obstáculos, porque, de fato, existe uma estrutura social montada para que mulher negra não chegue lá.

É preciso incorporar um discurso direcionado a mulheres retintas que precisa estar pautado na intersecção de raça e gênero, não basta questões raciais, mas também a categoria gênero. Ser negra e mulher são duas formas de opressão que atinge o cotidiano e neutraliza a mulher em várias esferas sociais, incluindo a atuação docente (Silva et al, 2021; Gonçalves, 2019).

Em conjunto, o racismo e sexismo atuam de forma severa na promoção do apagamento do pensamento das mulheres negras no campo intelectual. A ínfima representação de docentes negras reflete que esse espaço é ocupado pelo homem branco, o que dificulta ou impede o ingresso de pessoas fora desse padrão (Oliveira, 2018). Portanto:

...discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, limitando suas possibilidades de ascensão. Em termos de educação, por exemplo, é importante enfatizar que uma visão depreciativa dos negros é transmitida nos textos escolares e perpetuada em uma estética racista constantemente transmitida pela mídia de massa. Se adicionarmos o sexismo e a valorização dos privilégios de classe, o quadro fica então completo. Começando por essas articulações ideológicas adotadas pelas escolas, nossas crianças são induzidas a acreditar que ser um homem branco e burguês constitui o grande ideal a ser conquistado. Em contraste, elas são também induzidas a considerar que ser uma mulher negra e pobre é um dos piores males (Gonzales 2020, p. 145)

Historicamente, a divisão racial do trabalho, reserva à mulher preta, papel subserviente, que “naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, cobradora de ônibus ou prostituta” (Gonzalez, 2018, p. 69). Culturalmente intenta-se impossibilitar à mulher negra, articular pensamentos, ideias, criatividade, como se carregasse o seu corpo sem mente (hooks,1995).

Portanto, na divisão social, mulheres negras não costumam ser docentes, e, quando finalmente furam o bloqueio social, sempre se busca lembra-las que estão fora do seu lugar (Gonçalves, 2019).

Furar o bloqueio é uma expressão usada por Maffesoli (1987) como forma de resistência passiva adotada para não entrar no confronto direto com uma situação de opressão. Assim, fazendo jus ao conhecimento, mulheres negras ultrapassam barreiras e adentram a acadêmia com docentes.

Mas mesmo adentrando ao mercado de trabalho, para que tenham uma trajetória profissional que se assemelhe aos homens negros, mulheres e homens brancos, a mulher negra sofre represálias e diversas barreiras simbólicas (Oliveira, 2021). Nessas situações não existe alteridade, o que contribui para o apagamento da intelectualidade da mulher retinta. Nesses espaços, o racismo é naturalizado e sistematizado por meio de diretrizes que fomentam tratamentos díspares. Diante disto, ressalta-se a necessidade de se abordar o racismo estrutural e institucional do ensino superior público, que também está no cerne da questão.

Ao se inserirem na educação superior, as mulheres negras rompem com muitos padrões sociais, justamente por terem uma imagem no consciente coletivo vinculada ao trabalho de doméstico, de lavadeiras, costureiras, mãe preta (Gonzales, 2019). Logo, os estereótipos de gênero e raça perpetua uma iconografia da mulher preta em locais subserviente, jamais em cargos públicos (Oliveira 2019).

Por tudo que foi dito, é importante a construção de debates, lutas e movimentos que construam uma coletividade passível de reflexões que possam atender as demandas dessa categoria, como outros movimentos encabeçados por feministas negras também o fizeram. O trabalho acadêmico precisa ser um caminho que possibilite outras vozes serem ouvidas e amparadas para que silêncios sejam rompidos, abrindo um lugar de resistência.

d) Desafios do cotidiano da docência

O povo negro é segregado em diversos espaços graças à estrutura racista presente na sociedade que o coloca numa condição subalterna, e a universidade pública faz parte dessas estruturas, propiciando o que é chamando de racismo acadêmico, mais uma tipologia do racismo, agora no âmbito universitário, fazendo com que ao longo da história, esse recinto seja ocupado, em sua grande parcela, por homens brancos, seja como a maioria do corpo docente, ocupando os melhores cargos e oportunidades, dentre outros privilégios.

Pensando nisso, é importante indagar as participantes como é estar num ambiente acadêmico historicamente marcado pela pouca representatividade de professores negros, ainda mais quando nos deparamos com o fenômeno do racismo acadêmico de onde emergiu o DSC “**desafios de ser docente negra**”:

Como é que eu posso dizer? É um desafio que a gente vai quebrando dia após dia, sabe? Eu não vou lhe dizer que as barreiras não foram... Os obstáculos não foram todos destruídos, não, né? É um obstáculo que a gente vai quebrando dia após dia. E cada um mais difícil do que o outro. foi muito mais perceptível, eu enquanto professora negra, essa necessidade de que eu me imponha, no sentido de que eu estou nesse espaço, me vejo. É muito bom ver que eu estou ocupando Mas eu ainda não me sinto uma boa representatividade principalmente por ter tido oportunidades melhores. Para mim isso é uma grande vitória. E é como eu te disse, eu acho que chegou tarde a mim essa consciência, porque ao longo de muito tempo eu não percebia isso (**Conceição Evaristo; Lélia Gonzalez; Maria Firmino dos Reis**).

É perceptível a consciência de se estar num espaço que estruturalmente não foi feito para o sujeito coletivo transitar, e tal mensagem, quase que subliminar, as fazem lembrar que seu lugar não é ali, por isso a necessidade de se impor, da tomada de consciência dos obstáculos que ainda existem e precisam ser superados no dia a dia, claro que também há o orgulho em ocupar esse cargo.

Outro depoimento que chama atenção é da bell hooks que só percebe tardiamente essa forma de discriminação onde trabalha. A resposta se refere ao modo de como ela lida com o ambiente à sua volta, bem como, inicialmente, não ter se atentado durante sua trajetória como docente quaisquer formas de discriminação, demonstrando certa criação de estratégias psicológicas para enfrentar a realidade que a rodeia.

O racismo é uma forma sistematizada de enxergar o mundo, que permeia o cotidiano brasileiro em diversos cenários, e, lamentavelmente, a universidade pública também é um local de propagar discriminações, por isso a necessidade de compreender as dinâmicas racistas que operam dentro delas, como ocorre no racismo acadêmico, mais uma forma de manifestação do preconceito racial dentro do contexto acadêmico, que pode ter influências negativas no dia a dia da comunidade negra na ocupação dos ambientes educacionais (Viana, 2021).

O racismo acadêmico é dinâmico e maleável, por isso, ele incorpora-se na produção cultural, nos instrumentos pedagógicos, nas relações sociais do cotidiano escolar, deslegitimando os saberes dos negros sobre si e sua ancestralidade, ou não mencionando a contribuição do continente africano à cultura (Viana, 2021). Na prática o racismo acadêmico é um fenômeno que pode ser comparado a uma tecnologia de poder cuja manifestação pode ser implícita e discreta (Moreira, 2021).

É no senso comum que se encontra as emoções e os sentimentos compartilhados da vida social, é o universo simbólico, que se apresenta como sendo a somatória das intenções que organizam a vida social (Tafner, 2022; Maffesoli, 2014). O racismo é um sistema de opressão tão estruturante na sociedade brasileira que consegue manter-se operante a partir dos seus desdobramentos até os dias atuais mesmo tendo raízes no colonialismo, ao condicionar os sujeitos de maneira a estatizá-los e limitá-los em múltiplos sentidos. Ou seja, colocando a pessoa negra enquanto responsável por sua própria condição (Santos et al,2021).

As relações que envolvem a discriminação racial consolidam-se na vida banal e apresenta-se em pequenos atos quotidianos que vão, gradativamente, formar aquilo que se denomina trama social, a qual é formada das situações mais imperceptíveis, até toda a estrutura que é montada para garantir a manutenção desse fenômeno (Maffesoli, 2014). Dessa forma, o mesmo sistema opressor que legitimou a colonização, por exemplo, por mais expresso que estivesse no decorrer da construção da sociedade brasileira, só fora reconhecido enquanto crime com a Constituição Federal de 1988, por exemplo (Santos et al, 2021).

Outro ponto importante é falar sobre a interação do racismo acadêmico junto ao racismo institucional, estrutural e a correlação desses fenômenos com a universidade pública, seja com práticas que criam barreiras ao acesso da comunidade negra ao direito básico à educação que adentram nas universidades de ensino superior se materializando em práticas discriminatórias e, conseqüentemente, aumento das iniquidades.

O racismo estrutural é o conjunto de hábitos, práticas, que promovem o racismo, estão pulverizadas no cotidiano por meio de doutrinas, teorias, na cultura, no falacioso conceito de supremacia racial (Almeida, 2018). Valido lembrar que o conceito de tal fenômeno é também usado para a defesa de ações afirmativas, como a Lei de cotas raciais em universidades, pois, se a própria estrutura da sociedade é racista, a desigualdade racial tenderá a se repetir e perpetuar (Silva, 2022).

Já o racismo institucional aparece nos recintos públicos e privados que promovem a exclusão e a desigualdade de certos grupos raciais. Trata-se de um reflexo do racismo estrutural, com práticas e normas discriminatórias nesses espaços (Santos et al, 2021). A questão surge dentro da universidade pública, por exemplo, em barreiras para a entrada de negros em vagas para cargos de chefia, maior reconhecimento dos trabalhos realizados na instituição, participação na política, entre outras situações.

Dessa forma, é necessário instaurar pensamentos decoloniais para resistir e

desconstruir padrões, tecer críticas a modernidade, ao capitalismo e buscar novas maneiras de pensar, ou seja, formar uma “desobediência epistêmica” e fundamenta-la na pluridiversidade. Sendo assim, é necessário olhar o mundo com mais compaixão e abertura de espírito, Maffesoli aponta que por vivermos na pós-modernidade é necessário desenvolver pensamento que ultrapassem “os limites do racionalismo moderno e, ao mesmo tempo, de compreender os processos de interação, de mestiçagem, de interdependência que estão em ação nas sociedades complexas” (Maffesoli, 1998, P.50).

e) Imaginário sobre iniquidade racial e de gênero

A consolidação das narrativas individuais em resposta à pergunta “**o que é para você, desigualdade racial?**”, gerou a Ideia Central síntese, “as desigualdades raciais geram diferenças de oportunidades e a mulher negra é a classe mais vulnerável em seus direitos humanos” que compôs o DSC:

Desigualdade racial é complexo e o Brasil é um dos países mais desigual

Desigualdade racial pela raça, as pessoas não alcançam os mesmos níveis sociais, oportunidade de emprego devido à sua cor, à sua raça, é estrutural; você vê aquela pessoa e já julga. Você olhou para ela e já disse que ela não é suficiente para assumir uma determinada posição, você julga pela aparência. As desigualdades raciais seguem a lógica de colocar em caixinhas: os negros e os não negros, mas entre negros e não negros existem os pretos que eu diria, a classe mais vulnerável de todas, porque tudo recai sobre ela. A mulher negra, comprovadamente mulher preta, é a classe mais vulnerável em seus direitos humanos. Desigualdade racial é extremamente complexo e se tratando de Brasil, eu ficaria por uma hora falando, para conseguir falar racismo no Brasil (**Carolina Maria de Jesus, Chimamada, Angela Davis**).

O sujeito Coletivo se refere à desigualdade racial por cor, mazela que nos acompanha em pleno século XXI. Tantos anos após o fim do trabalho escravo, o racismo estrutural e as desigualdades persistem e afetam uma população (pretos e pardos) que representa respectivamente 9,1% e 47,0%, da população do país, deixando-a em maior vulnerabilidade econômica (IBGE, 2022).

Pesquisa mostra que a “negação da igualdade de tratamento aos diferentes” é discriminação que se concretiza em situações como bloquear a mobilidade ou o acesso a um cargo numa empresa a uma pessoa negra ou a determinadas atividades profissionais baseado na sua aparência física (Pimenta & Silva, 2023).

Prosseguindo as indagações sobre desigualdades, como mulher, o sujeito coletivo expôs pontos de vista sobre desigualdade de gênero. Os trechos das narrativas

individuais geraram três ICS:” a desigualdade de gênero é mais relevante porque inferioriza a mulher e ocorre no mundo todo” “desigualdade de gênero é muito forte, como mulheres, sofremos muito, mas quando a gente é mulher e negra, ela é um milhão de vezes maior” e “aprendemos a ter uma visão interseccional sobre gênero e raça”. Estas ICS compuseram três DSC: desigualdade de gênero desfavorece a mulher em relação ao homem, desigualdade de gênero considera apenas mulheres brancas, não observa as questões raciais e Gênero e raça: desigualdades que se entrecruzam e afetam mulheres.

DSC: Desigualdade de gênero desfavorece a mulher em relação ao homem

Para mim, desigualdade de gênero é mais relevante do que a racial, porque na desigualdade de gênero, você julga a mulher. Por ela ser do sexo feminino, não seria boa líder, nem teria competência para assumir determinado cargo. Então, nós mulheres ainda estamos em posição inferior aos homens, estamos em desfavorecimento. Eu não estou menosprezando a desigualdade racial, mas desigualdade de gênero é pior porque acontece no mundo inteiro independentemente das raças que habitam aqueles países, vamos dizer que na África só tenha negros, então entre homens e mulheres, vai ter desigualdade de gênero. Parece que as pessoas confiam mais nos homens e acho que é imposto por eles, que são superiores mesmo. As pessoas acham o meu marido que é professor, mais inteligente, porque ele está em um cargo melhor e eu ganho mais do que ele. Quando se compara com mulheres que tem igual qualidade no conteúdo que vai ser transmitido, nas seleções para as vagas, o que salta na mente dos avaliadores, é o fato do concorrente ser homem e não ser mulher. Então o desafio é entender que há discriminação entre homens e mulheres e a forma possível de reduzir esse desafio, seria instituir a paridade dentro dos ambientes da docência. Então hoje a minha luta é mais em relação à desigualdade de gênero, para mostrar que nós somos iguais, é só nos dar a oportunidade. O próprio conceito de gênero esclarece que gênero é construção social sobre o que é ser homem e ser mulher, duas caixinhas, mas existem as minorias sexuais fora da caixa. Sou nordestina e o que se propõe, é que sejamos guerreiras, batalhadoras, femininas, sensuais, boa mãe e dona de casa. Para as mulheres da minha condição social, ou do sul e sudeste, ser mulher é ser corajosa, estudiosa e trabalhadora... Isso de família é se rolar. O primeiro desafio é entender que de fato existe ao mesmo tempo, discriminação racial e discriminação de gênero (**Carolina Maria de Jesus; Chimamada, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo**).

O imaginário do sujeito coletivo não remete à desigualdade de gênero, mas sim, a uma iniquidade ou injustiça considerando que denuncia a inexistência de equidade nas oportunidades entre homens e mulheres, com desvantagem para elas. Uma análise sobre diferenças nas trajetórias acadêmicas de docentes do Brasil e Uruguai indicou que mulheres de ambos os países se encontram sub-representadas e publicam menos artigos (nacionais e internacionais) do que seus colegas homens, o que a teoria de gênero aponta para as responsabilidades familiares, que recaem mais às mulheres, do que aos

homens, como obstáculo para o avanço das carreiras das mulheres (Rocha-Carpiuc& Madeira, 2019). Isso expressa uma injustiça de gênero.

O sujeito coletivo prossegue com o segundo Discurso coletivo sobre desigualdade de gênero:

Desigualdade de gênero considera apenas mulheres brancas, não observa as questões raciais

A desigualdade de gênero é muito forte, como mulheres, sofremos muito, mas quando a gente é mulher e negra, ela é um milhão de vezes maior. É uma coisa sobre-humana, porque os tabus, já são carregados desde a barriga. você carrega o desafio, além de ser mulher. Quando falamos em desigualdade de gênero o que vem à minha mente é o fato de o feminismo ser muito divulgado por mulheres brancas e para elas. Porque a sororidade é muito falada entre as mulheres, mas a sororidade feminina branca não enxerga mulheres negras como pertencentes a esse grupo. Para os estudiosos, raça vem primeiro e depois gênero, justamente entendendo que nós mulheres negras ficamos relegadas ao esquecimento. Então, não se conseguiria dar um conceito próprio para a desigualdade de gênero. Penso que homens e mulheres, efetivamente são tratados de forma desigual e por questões sociais estruturais. Mulheres, de forma geral continuam ganhando menos do que os homens, por exemplo, Então, a gente precisa observar as questões raciais, onde que a mulher negra está dentro da desigualdade de gênero, se é que a gente está? Vi uma publicação sobre paridade de gênero e só vi rostos de mulheres brancas, quantos rostos de mulheres negras? nenhum! Então não existe sororidade e a desigualdade de gênero vai continuar, porque mulheres negras não conseguem uma igualdade de gênero. Inclusive, homens negros, quando conseguem o benefício para si, não correm atrás do direito da mulher negra. Na Universidade, raríssimas são as docentes negras, vejo muito mais professores negros do que professoras negras no ensino superior, então isso é um indicativo de que homens são entendidos como competentes para o posto de docente. A gente precisa de cotas para mulheres negras, isso deve ser colocado para que igualmente, a gente possa estar ocupando todos os espaços **(Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo, Grada Kilomba)**.

Este discurso denuncia a indiferença social relacionada à mulher negra que leva à exclusão da mulher negra e o espaço que ela ocuparia está vazio, já que, “nem negro, nem mulher, a incluem” (Lugones, 2020, p.620). De maneira que, somente percebendo gênero e raça como entrelaçados ou inextricavelmente fundidos podemos realmente ver as mulheres negras (Lugones, 2008). Que será mostrado no último discurso sobre desigualdade de gênero

DSC: Gênero e raça: desigualdades que se entrecruzam e afetam mulheres

Me vem só a palavra absurdo à cabeça, é algo que não pode existir, mas, acho que nunca vai acabar. O ideal seria não tratar homem e mulher de formas diferentes, mas sou extremamente realista para dizer: isso não acabará... não é sobre tratar diferente, mas

tratar menor, seja na questão de gênero ou de raça. Eu penso em interseccionalidade. Pela forma com que nossa tradição científica nos ensinou a pensar, a gente vê as coisas de forma fragmentada, em caixinhas. Aprendemos a ter uma visão interseccional. Então para mim não existe um racismo puro, da mesma que não existe uma LGBTfobia pura, porque as discriminações e os preconceitos eles se entrecruzam. A gente não pode analisar uma mulher negra, descendente de indígena do norte, pobre, com uma mulher negra pobre da periferia de Salvador. Vários marcadores precisam ser considerados para entender a experiência daquele grupo. gênero ainda é muito associado à mulher, então, acho que conceituar a discriminação de gênero por essa via, esvazia o processo de desconstrução da desigualdade de gênero. não adianta termos políticas para mulheres como a Lei Maria da Penha, que na prática é uma política punitiva e pouco educativa (**Angela Davis, bell hooks**).

A interseccionalidade é o reconhecimento da diferença entre categorias cruzadas, como raça e gênero. Trata-se de uma proposta para entender opressões. E não por acaso, afinal ele é uma proposta liberal e contemporânea, em um esforço conceitual de feministas de cor para dar visibilidade às mulheres de cor, autodenominação que rompe com a dominação racial (Lugones, 2020).

F) Desigualdade de raça e gênero no ensino superior

Ao assumir o magistério superior, a mulher negra rompe com crenças estereotipadas do imaginário social que rebaixa a sua capacidade intelectual para o exercício da docência, por ser mulher e por ser negra, conforme a ICS “na docência de ensino superior existe desigualdade de gênero e raça” que gerou o DSC: desigualdade racial e de gênero na docência de magistério superior.

Apesar da docência, ser culturalmente no nosso país uma função de mulher socialmente falando, quando eu chego ao ensino superior, parece que aqui não é mais da mulher. A questão de gênero, eu não posso isolar apenas o que diz respeito às mulheres negras, porque as mulheres, por exemplo, já está bem comprovado que têm um desempenho acadêmico, no que diz respeito à produtividade, que é bem inferior à dos homens. Então acho que isso é muito transversal, acho que lidar com essa questão precisa de um olhar macro que passa por educação, cultura, condições dignas de moradia, saneamento... é preciso garantir que as pessoas negras sobretudo as pretas, estejam em todos os espaços e que elas passem a se auto afirmar a se reconhecer nesse contexto (**Carolina Maria de Jesus; Angela Davis, Chimamada**).

Apesar de a docência ser uma profissão eminentemente feminina, percebe-se que quanto maior a etapa de ensino, menos a mulher negra é incluída, o que contribui para uma sub-representação dela, o que transforma o cotidiano ao dificultar a sua ascensão profissional e por em cheque sua capacidade e articulação profissional (Euclides, Silva &

Silva, 2019).

O imaginário coletivo desempenha um papel importante na construção das representações sociais, estereótipos e preconceitos, incluindo aqueles relacionados à raça e ao gênero. Essas representações podem reforçar estereótipos e criar distinções hierárquicas entre diferentes grupos étnicos e contribuir para a discriminação e o preconceito racial. É importante reconhecer que o imaginário não é uma entidade estática e unidimensional, mas sim um campo em constante transformação influenciado por diferentes perspectivas e lutas de poder.

Portanto, é fundamental promover uma análise crítica do imaginário e buscar desafiar os estereótipos e as iniquidades que podem estar enraizados nele, a fim de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

É preciso considerar que essa construção de iniquidades é dinâmica e transforma-se ao longo dos anos a depender do contexto histórico e cultural. A noção de imutabilidade e continuidade foi, assim, se descentrando e desfragmentando por vários motivos, desde a globalização, movimento feminista e negro, foram colidindo com uma nova forma estrutural de se conceituar a identidade no sentido amplo e complexo, considerando-a plural. Assim, não se pode considerar mulher no singular, assim como não se pode considerar masculinidade apenas. Sobre essas categorias, incidem tantas outras que se inter-relacionam, pluralizando as desigualdades (Santos, 2022).

G) Docência como arma para o combate às iniquidades de raça e gênero

Considerando as desigualdades raciais e de gênero, interessa saber como a docência pode contribuir para combater o racismo e as desigualdades de gênero em instituições do magistério superior. A ICS: a docência tem o poder de transformar, ser a voz para minimizar desigualdades, gerou o DSC:

Poder transformador da docência na conscientização e combate às desigualdades raciais e de gênero

É empoderar, mostrar que a pessoa tem voz, não só por sermos docentes por sermos cidadãs, a gente precisa explicitar para os alunos que não é besteira que racismo existe que não é história da Carochinha que não é mimimi que não é a história de criação das pessoas, que não é vitimismo, a gente precisa falar sobre isso, ser a voz para minimizar essas desigualdades. É a gente acordar e dizer que está errado e conscientizar, independentemente do curso, você consegue falar de questões relacionadas ao preconceito, seja ele racial, de gênero, eu acredito muito na educação. A educação e o seu poder de transformação, o primeiro passo é que mais docentes negras ocupem esse espaço o segundo ponto é abrir locais mesmo de diálogo (**Lélia Gonzalez, Chimamada,**

Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo; bell hooks, Angela Davis, Grada Kilomba)

No imaginário do Sujeito Coletivo, a docente é agente transformador que tem oportunidades de provocar debates em sala de aula que levem à reflexão e à tomada de consciência sobre problemas sociais como a desigualdade racial e de gênero. Portanto, para uma docente crítica e reflexiva, atenta aos problemas sociais, a sala de aula é uma ferramenta para trabalhar preconceitos e discriminações.

São atitudes que refletem um pensar e um agir contemporâneo, “em que o mito da verdade irrefutável, sobretudo, cede espaço ao novo, à quebra de paradigmas. Para o que é preciso compreender que “a pós-modernidade não sucede à modernidade numa linha evolutiva progressista, do pior para melhor, do menos desenvolvido para o mais desenvolvido, nem pode ser reduzida a um retrocesso, do mais racional para o menos racional. Moderno e pós-moderno convivem, coabitam, disputam espaço como sensibilidades antagônicas num espaço pluralista, paradoxal, instável e polissêmico (Silva, 2019, p.11).

Sabe-se que a sociedade contemporânea é marcada por perplexidades e incertezas, por isso o desafio de trazer mudanças de mentalidade, do pensamento decolonial, da não estigmatização do negro, do sexismo, formando alunos autônomos e reflexivos que repensem e cooperem com mudanças de padrões e comportamento. A participação do professor, portanto, é necessária para que a sala de aula não seja um espaço gerador e reproduzidor de uma educação discriminatória, e sim um espaço de construção de igualdades, pois o ambiente universitário também contribui para a manutenção dos padrões estabelecidos na sociedade.

Um(a) docente precisa compreender o seu papel mediador no combate às desigualdades raciais e de gênero, considerando o amplo processo ensino aprendizagem, que não envolve apenas conteúdos, mas também questões sociais (Medrado, 2019).

Por vezes, o preconceito racial, refletido nos corredores acadêmicos, resulta do desconhecimento. Sendo assim, é importante que se trabalhe em sala de aula a consciência moral, ética e cultural, oportunizando ao grupo de estudantes, desenvolver a capacidade de estabelecer valores e saberes que possam servir em ações coerentes e evitar atitudes preconceituosas (Tuono & Vaz, 2017).

Além disso, a iniquidade de gênero é responsável por continuar promovendo desigualdades e contribuindo com a grande incidência de casos de violência contra as mulheres. O ambiente acadêmico, muitas vezes, acaba, também, reproduzindo, ainda

que de maneira sutil, os sistemas de pensamento e atitudes sexistas dominantes na sociedade.

Portanto, urge trazer o tema à discussão ressaltando o caráter cultural das diferenças entre os sexos. Nesse sentido, academia e docentes, precisam se conscientizar da sua função social, que além da formação intelectual do corpo discente, contribua para o combate a práticas discriminatórias arraigadas.

Há de se aproveitar o ambiente acadêmico, espaço que oportuniza debates importantes que instrumentaliza o combate de mazelas sociais por meio de ações efetivas que influenciem positivamente o comportamento de estudantes na busca das igualdades.

H) Ambiente universitário como caráter normativo

O ambiente universitário é um espaço de caráter formativo e normativo que privilegia a constante busca pela emancipação e preparação dos estudantes para a vida em coletividade. Nesse cenário a (o) docente é agente transformador, sobretudo, no combate da intolerância e preconceito étnico racial.

Nesse cenário, em que a ocupação da docência é desigual, mais ainda é a sua participação em funções decisórias e de planejamento. As ICS” professoras negras não desempenham funções de decisão” compôs o DSC:

Funções desempenhadas por professoras negras: coordenação de cursos de graduação e pós graduação e presidência de Comitê de Ética

Hoje eu estou na coordenação da pós-graduação, mas podemos dizer que não é um cargo que seja almejado dentro da universidade porque dá mais trabalho do que lucro, uma mulher coordenadora... porque não é um cargo de concorrência para os homens, porque apesar de ser um cargo de gestão, as pessoas não almejam. A coordenação do colegiado, confesso que tive muita dificuldade, porque a gente não é formada para assumir burocracia, não passamos no concurso para sermos burocratas e foi bem cansativa eu fui presidente do comitê de ética, foi interessante, não sofri nem racismo, nem machismo até onde eu tenha percebido, era extremamente cansativo, bburocrático e não tinha retorno financeiro nenhum, além de conflituoso, porque lidar com os egos inflados dos pesquisadores é bem complicado (**Carolina Maria de Jesus, Angela Davis, Grada Kilomba**).

Percebe-se, que o desempenho de funções gerenciais assumidas pelo sujeito coletivo limita-se a funções que mais envolvem burocracia do que poder de decisão, além de sobrecarrega-las de forma física e psicológica.

O imaginário social não seria apenas um acúmulo de imagens cristalizadas. É potência, amplitude e força instituinte que controla e comanda a práxis social permitindo a criação de “um projeto de sociedade”. As portas fechadas por séculos das universidades têm certa influência na realidade presente uma vez que a recepção aos corpos negros no ensino superior foi encarada com estranhamento quanto aos traços, cultura, religiosidade, criando barreiras simbólicas. Dessa forma, a representatividade de mulheres negras nos processos decisórios do cenário acadêmicos, assinala possibilidades de realização, valorização, competências e, sobretudo de acesso a melhores oportunidades (Moreira, 2020).

As universidades públicas são instituições fundamentais para propor um olhar voltado para a representatividade negra nas universidades, tanto nos quadros discentes, quanto nos docentes e técnicos, sobre tudo, nos cargos de liderança.

A representatividade negra é a chave que pode promover ações que visem à redução das desigualdades oportunizadas pelo racismo estrutural. Seu papel não se resume a formar profissionais e distribuir diplomas.

São necessários debates contínuos que discutam essa vulnerabilidade do povo negro. E para isso, é importante que a população negra se veja e se reconheça como ocupante dos espaços de destaque na gestão da universidade pública, para que estimulem outros negros a se reconhecerem. Assim, para que essa invisibilidade seja quebrada, é preciso avançar nessa direção. Ver uma mulher negra ocupando um espaço como o acadêmico gera representação para outras mulheres negras, simples assim. Não há magia nesta fórmula (Conti, 2020).

Da ICS “trabalhar com grupos desassistidos dá satisfação” emergiu o DSC:

Satisfação do trabalho docente

Atualmente coordeno um programa de mestrado, outras mulheres já ocuparam cargo, eu sou a única mulher negra do programa, trabalhamos com temáticas voltadas a quilombolas, indígenas. Me dá a satisfação de trabalhar com um grupo pouco assistido, são pessoas pardas que estão lá. Então isso permite com que eu possa contribuir um pouco mais, com tecnologias, pesquisas, achados para melhorar o bem estar, a vida dessas pessoas dentro da agroindústria, o interessante é que a gente conseguia fazer as ações mais voltadas para a comunidade, então era isso que a minha atribuição lá também ajudava. E aí, conseguindo já com a equipe dos outros professores, e a gente tentando desenvolver sempre o trabalho da gente de acordo com a realidade do local que a gente estava (**bell hooks, Maria Firmina dos Reis**).

O Sujeito Coletivo, utiliza a docência e considerar as comunidades como espaços de intervenção pedagógica e constitui-se, trazendo sentido às políticas de escolarização,

ao seu trabalho e utilizá-lo para transpor os muros da universidade com ações que beneficiem grupos, os estudantes, havendo uma troca de conhecimentos, vivência e aprendizado,

A articulação ensino-serviço-comunidade traz melhoria na qualidade de vida da população com um suporte teórico graças à conexão entre a educação superior e a vivência frente às necessidades da comunidade. As vantagens dessa troca estão na interação do grupo, identificação das necessidades, dos conhecimentos comuns, estimula a capacidade intelectual, e, por fim, é momento da transformação, que pode levar a uma mudança significativa de domínio da comunidade (Silva, 2019).

REFERÊNCIAS

Ana Cristina de Oliveira Valério. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO2278> Brasil (UNB): *estratégias e resistências*. Brasília, 2019. [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37760/1/2019_%c3%89rikaCostaSilva.p df](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37760/1/2019_%c3%89rikaCostaSilva.pdf). Acesso em 22/01/2022.

Araujo; Beatriz Cristina Castro Macedo <https://www.scielo.org/article/sdeb/2021.v45nspe1/13-26/>. *Saúde debate* 45 (spe1) 22 Nov 2021. Acesso em 17/01/2022.

Artes, Amélia, Oliveira, Danielle. *O que mudou para a população negra no acesso à educação brasileira? Quais os (novos) desafios?* <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/322/200>. Acesso 10/01/2022 .

Becker, H. S. *A epistemologia da pesquisa qualitativa*. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 1, n. 2, p. 184-199, 2014.

Bittelbrun, Gabrielle Vívian. *Sob cores e contornos: gênero e raça em revistas femininas do século 21*. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/187191> . 2017. Acessado em 24/01/2022.

Bourdieu, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz, Difusão Editorial, Editora Berbrand Brasil, Rio de Janeiro-RJ, 1989.

Bourdieu, Pierre. *A Dominação Masculina*. Tradução Maria Helena Kuhner, 2 ed.. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002. Camino, Leocio; Torres, Ana Raquel; Pereira. Marcos

Canda, Cile Nascimento, *Lá vai a vida a rodar: reflexões sobre práticas cotidianas em Michel Maffesoli* <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3694474> *Revista Rascunhos Culturais Coxim/MS*, v.1, n.2, p. 63 - 77 •jul./dez.2010. Acessado em 30/08/2021.

Cecilia Rocha-Carpiuc... **Rafael Machado Madeira** <http://orcid.org/0000-0001-9551-8192> Rafael Machado Madeira Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs, Porto Alegre, RS, Brasil) SCImago [imagehttp://orcid.org/0000-0002-3864-7673](http://orcid.org/0000-0002-3864-7673)

Desigualdade de gênero, internacionalização e trajetórias acadêmicas na Ciência Política: Evidências no Brasil e no Uruguai. Rev. Ciênc. Soc. 19 (3) • Sep-Dec 2019
<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.3.33563>.

Crisostomo, Maria Aparecida dos Santos; Reigota, Marcos Antonio dos Santos. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas, <https://www.scielo.br/j/aval/a/BRYgsrdBrsJdGfRrX4MhJN/abstract/?lang=pt> Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 2, p. 93-106, jul. 2010. Acessado em 15/11/2021

Educação Superior [recurso eletrônico] / Edicleia Lima De Oliveira. 2020. Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio> , Acessado em 20/06/2021.

Emanuel. *Psicologia Social: Temas e Teorias*. 2ª Edição, revisa e ampliada. Techno Politik. Brasília, 2014.

Fernandes da Nóbrega, Juliana; Gonçalves Nitschke, Rosane; Jatobá de Souza, Ana Izabel; Kotzias Atherino dos Santos, Evanguelia. A sociologia compreensiva de michel maffesoli: implicações para a pesquisa em enfermagem. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=483648963025>> Cogitare Enfermagem, vol. 17, núm. 2, abril-junho, 2012, pp. 373-376 Universidade Federal do Paraná Curitiba - Paraná, Acessado em 22/07/2021.

Filho, Miguel Pacifico; Cançado, Airton Cardoso; Borges ,Thelma Pontes. *A Sociologia de Michel Maffesoli e a Gestão Social: gerencie-me ou te devoro*. [https://www.researchgate.net/publication/291955413 A Sociologia de Michel Maffesoli e a Gestao Social gerencie-me ou te devoro](https://www.researchgate.net/publication/291955413_A_Sociologia_de_Michel_Maffesoli_e_a_Gestao_Social_gerencie-me_ou_te_devoro) Article in Revista de Ciências da Administração, December 2015. Acesso em 29/05/2021.

Fernandes da Nóbrega, Juliana; Gonçalves Nitschke, Rosane; Jatobá de Souza, Ana Izabel; Kotzias Atherino dos Santos, Evanguelia. *A sociologia compreensiva de michel maffesoli: implicações para a pesquisa em enfermagem*. Disponível em

:<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=483648963025> Cogitare Enfermagem, vol. 17,

núm. 2, abril-junio, 2012, pp. 373-376 Universidade Federal do Paraná Curitiba - Paraná, Acessado em 22/07/2021.

Furlanetto, Maria Marta. Autoria, originalidade e divulgação: questões abertas. *Linguagem em (Dis)curso– LemD*, Tubarão, SC, v. 18, n. 2, p. 263-271, maio/ago. 2018. . DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-1802AP-0000>.

Gesser, Roselita; Costa, Cleber Lázaro Julião. Menina Mulher Negra: Construção de identidade e o conflito diante de uma sociedade que não a representa <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicodrama/v26n1/v26n1a03.pdf>. 2018.

Glesne, C. (2015). *Becoming qualitative researchers: An introduction*. 5th Edition. London: Pearson.

González, Fredy Enrique. *Reflexões Sobre Alguns Conceitos Da Pesquisa Qualitativa* <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/322/200>. Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v.8, n.17, p. 155-183, ago. 2020. Acesso 12/08/2021.

<https://pdfs.semanticscholar.org/6abc/8f1455591ac1e72982022bdcd2788c9793b.pdf>.

Revista da ABPN • v. 11, Ed. Especial - Caderno Temático: Raça Negra e Educação 30 anos depois: e agora, do que mais precisamos falar? • abril de 2019, p.32-64 DOI 10.31418/2177-2770.2019.v11.c.1.p32-64.

Hooks, Bell. Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo.1ª edição 1981.Tradução livre para a Plataforma Gueto, 2014.

Hooks, Bell. *Ensinando a Transgredir a Educação Como Prática de Liberdade*.1ª edição, Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2015.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10102/1/td_2569.pdf . IPEA 2020 Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990- ISSN 1415-476. Acesso 10/07/2023.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.Estudos e

Pesquisas • IDesigualdades sociais por cor e raça. 2 edição.,2022. ISBN 978-85-240-4547-9. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf.

Jusciléia Florêncio do Santos Maria Isabel Alonso Alves . *Acesso e permanência de estudantes negras no ensino superior no sul do Amazonas*.

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA6_ID_10029_10082019150030.pdf

Lira, Magaret. Campos, Paiva, Oliveira
<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/4112/1011>. Capa > v. 11, n. 2.ESP (2020). Acesso 22/01/2022.

Lugones, Maria. (2008). Colonialidade e Gênero. *Tabula Rasa* , (9), 73-102.

Recuperado em 04 de agosto de 2023, de

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&tlng=es.

Lucilane Costa Pimenta, Pablo Yuri Ferreira Silva. A DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL QUE SE ARRASTA AO LONGO DO SÉCULO XXI. *RevFoco*..v.16.n.4|e1571| p.01-18 |2023. [file:///Users/olindalira/Downloads/13+FOCO+13-4+DOI+038%20\(4\).pdf](file:///Users/olindalira/Downloads/13+FOCO+13-4+DOI+038%20(4).pdf)
<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.3.33563>.

Lugones, María. 2020. *Colonialidade e gênero*. In *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*, organizado por Heloísa Buarque de Hollanda, 52-83. Rio de Janeiro. Bazar do tempo.2020.

Maffesoli, Michel, 1944- *Saturação* / Michel Maffesoli ; tradução de Ana Goldberger. — São Paulo : Iluminuras : Itáu Cultural, 2010.

Maffesoli, Michel. O Imaginário é O imaginário é uma realidade *Revista FAMECOS* • Porto Alegre • no 15 • agosto 2001.

Maffesoli, Michel. *A Transfiguração do Político*. Porto Alegre: Sulina, 1997.

Maffesoli, M. *Liberdades intersticiais*. In: MORIN, E.; BAUDRILLARD, J.: MAFFESOLI, M. A

decadência do futuro e a construção do presente. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.

Maffesoli, Michel. *A violência totalitária*. Porto Alegre, RS(BR): Sulina; 2001

Maffesoli, Michel. *violência*. São Paulo (SP): Revista dos Tribunais; 1987. 

Maffesoli, Michel, 1944- *Saturação* / Michel Maffesoli ; tradução de Ana Goldberger.

Maffesoli, M. *A decadência do futuro e a construção do presente*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.

Maffesoli, Michel. *Êtrepostmoderne Paris: Les Éditions du Cerf*, 2018. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. 4a ed. São Paulo (SP): Forense Universitária; 2010. 292 p.

Mariléa de Almeida. Racismo acadêmico e seus afetos. . *História: Questões & Debates*. Curitiba v. 69, n. 2, p. 96-109, jul./dez. 2021. Universidade Federal do Paraná. ISSN: 0100-6932. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/his.v00i0.000000>.

Nitschke, Rosane Gonçalves; Adriana Dutra Tholl, Tassiana Potrich, Kelly Maciel Silva, Samanta Rodrigues Michelin, Daniela Daniel Laureano⁶. *Contribuições Do Pensamento De Michel Maffesoli Para Pesquisa Em Enfermagem E Saúde* <https://www.scielo.br/j/tce/a/4QPWzTyMSBnX84RNqmsLMhF/?format=pdf&lang=pt> *Texto Contexto Enfermagem*, 2017; 26(4):e3230017. Acesso em 14/12/2021.

Oliveira, Edicleia Lima De . *Trajetórias e Identidades de Docentes Negras na Educação Superior* [recurso eletrônico] / Edicleia Lima De Oliveira. 2020. Disponível n Repositório Institucional da UFGD em: <https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio> , Acessado em 20/06/2021.

Pereira, Priscila Nunes. *Negras, professoras e cotistas: saberes construídos na luta pelo exercício da docência* 2018. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/183202> . Acesso em 22/02/2022.

Pereira, Priscila Nunes. *Negras, professoras e cotistas: saberes construídos na luta pelo exercício da docência* 2018. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/183202> . Acesso em 22/02/2022.

Romio, J. A. F. A vitimização de mulheres por agressão física, segundo raça/cor no Brasil. In: Marcondes, M. M.; Pinheiro, L.; Queiroz, C.; Querino, A. C.; Silva, Érika Costa. Trajetória profissional de mulheres negras docentes na Universidade de Brasília (UNB): estratégias e resistências Brasília, 2019 https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37760/1/2019_%c3%89rikaCostaSilva.pdf. Acesso em 22/01/2022.

<https://pdfs.semanticscholar.org/6abc/8f1455591ac1e72982022bdcda2788c9793b.pdf>.
Revista da ABPN • v. 11, Ed. Especial - Caderno Temático: Raça Negra e Educação 30 anos depois: e agora, do que mais precisamos falar? • abril de 2019, p.32-64 DOI 10.31418/2177-2770.2019.v11.c.1.p32-64.

Santos, Maria Souza de Fátima; Almeida, Leda Maria de. *Diálogos Com a Teoria da Representação Social*. Editora ABEU, 2005.

Sousa ALN, Cabral LFE, Moreira JM, Weihmüller VC, Rodrigues MMS, Araujo GG, Macedo BCC.

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/YzMSHRsH6Np93NV4DF7mzgF/abstract/?lang=pt>
SAÚDE DEBATE | RIO DE JANEIRO, V. 45, N. ESPECIAL 1, P. 13-26, OUT 202,
Acessado em 02/03/2022.

Santos, Maria Souza de Fátima; Almeida, Leda Maria de. *Diálogos Com a Teoria da Representação Social*. Editora ABEU, 2005.

Silva, L. F., & Russo, R. F. S. M. *Aplicação de entrevistas em pesquisa qualitativa*. 1 Revista de Gestão e Projetos Vol. 10, n. 1 Jan./Abr.

Sousa, Ana Lucia Nunes de; Cabral, Luciana Ferrari Espíndola; Janine Monteiro Moreira; Valentina Carranza; Weihmüller Marina Meloni da Silva Rodrigues; Gabriela Gomes.

Sousa ALN, Cabral LFE, Moreira JM, Weihmüller VC, Rodrigues MMS, Araujo GG, Macedo BCC

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/YzMSHRsH6Np93NV4DF7mzqF/abstract/?lang=pt>

SAÚDE DEBATE | RIO DE JANEIRO, V. 45, N. ESPECIAL 1, P. 13-26, OUT 202,
Acessado em 02/03/2022.

Silva, Alessandra Pires; Santos. Claitonei de Siqueira *Estruturação e organização escolar no período imperial*. Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debat. <file:///Users/olindalira/Downloads/367-1144-1-PB.pdf>

Silva, L. F., & Russo, R. F. S. M. Aplicação de entrevistas em pesquisa qualitativa. 1 Revista de Gestão e Projetos Vol. 10, n. 1 Jan./Abr.

<https://pdfs.semanticscholar.org/6abc/8f1455591ac1e72982022bdcda2788c9793b.pdf>.

Revista da ABPN • v. 11, Ed. Especial - Caderno Temático: Raça Negra e Educação 30anos depois: e agora, do que mais precisamos falar? • abril de 2019, p.32-64
DOI10.31418/2177-2770.2019.v11.c.1.p32-64.

Sousa, Ana Lucia Nunes de; Cabral, Luciana Ferrari Espíndola; Janine Monteiro Moreira; Valentina Carranza; Weihmüller Marina Meloni da Silva Rodrigues; Gabriela Gomes Araujo; Beatriz Cristina Castro Macedo <https://www.scielo.org/article/sdeb/2021.v45nspe1/13-26/>. Saúde debate 45 (spe1) 22 Nov 2021 Out 2021. Acesso em 17/01/2022.

Valverde, D. (Orgs.). *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013, p. 133-158.

